

Relatório e Contas 2021

VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Índice

| | |
|--|-----|
| Estrutura de Governo da Sociedade | 03 |
| Relatório do Conselho de Administração | 05 |
| Informação Financeira | |
| Demonstração da posição financeira | 32 |
| Demonstração de resultados | 34 |
| Demonstração do Rendimento Integral | 35 |
| Demonstração de Fluxos de Caixa | 36 |
| Demonstração das alterações nos capitais próprios | 37 |
| Notas às Demonstrações Financeiras | 38 |
| Relatórios de Fiscalização | |
| Certificação Legal de Contas | 130 |
| Relatório e Parecer do Conselho Fiscal | 134 |
| Anexos | |
| Participação nos Resultados - Ramo Vida | 137 |
| Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida | 140 |

Relatório e contas aprovado em AG a 07 de abril de 2022.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Marcos Sousa
Guedes)
Secretário

Conselho de Administração

Jacques Chanut
Presidente

Francisco Campilho
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Vogal

Hervé Leblanc
Vogal

Pierre Esparbès
Vogal

Philippe Desurmont
Vogal

Conselho Executivo

Francisco Campilho
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Administrador

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Célia Custódio
Vogal

Eduardo Rêgo
Vogal

Patricia Caldinha
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ricardo Lopes Pinto
(ROC nº 1579)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves
(ROC nº 896)
Suplente

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Carla Martins
Dep. Novos Canais

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais



1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2021.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

2021 foi um ano novamente marcado pela pandemia de Covid-19 e pela imprevisibilidade na evolução do vírus SARS-CoV-2. Foi um ano de incerteza, mas também de muita antecipação e esperança num ansiado regresso à normalidade. O mês de janeiro iniciou-se com os países fortemente empenhados em vacinar os seus cidadãos, procurando assim, conter a evolução do vírus. À medida que os meses avançaram, foram descobertas novas variantes, porém as vacinas demonstraram a sua eficácia. Mesmo necessitando de várias doses, as vacinas desenvolvidas conseguiram diminuir significativamente a severidade da doença e permitiram algum regresso à normalidade. A generalidade dos países desenvolvidos reforçou também os seus sistemas de saúde e a tecnologia mRNA incluída nas novas vacinas é de fácil atualização. Pouco a pouco, e apesar de alguns contratempos, os confinamentos foram sendo atenuados e a atividade económica foi normalizada à medida que a confiança e o otimismo dos agentes económicos regressou.

Dadas as particularidades desta crise económica, o regresso à normalidade está,

porém, a ser acompanhado de alguns constrangimentos inéditos em crises recentes. A pandemia causou uma redução na oferta de mão-de-obra e originou constrangimentos nas cadeias de distribuição de bens económicos e que em última análise estão a pressionar os preços dos bens no sentido da subida.

Assim, após um desempenho económico bastante negativo em 2020, o ano de 2021 foi positivo e permitiu que economia global regressasse inclusive a um nível pré-pandémico. O Produto Interno Bruto (PIB) mundial subiu 5,9% em 2021 (2020: recessão de 3,1%). A retoma económica foi apoiada pelo aumento da procura, sustentada pelos programas de estímulo económico e monetário implementados pelos vários governos e bancos centrais. Nos Estados Unidos da América (EUA), a Administração Biden conseguiu aprovar um pacote de apoio económico de 1,9 biliões de dólares (USD) e um pacote adicional de investimento em infraestruturas de cerca de 1 bilião de dólares (USD). Na Europa, o Plano de Recuperação foi desenhado pela Comissão Europeia com um montante global de 800 mil milhões de euros e que ao

longo do ano foi sendo concretizado por cada um dos países da União. A Reserva Federal (FED) manteve a taxa de juro diretora em 0%, mas à medida que a inflação começou a dar sinais de alerta, anunciou em novembro que o programa quantitativo de estímulo monetário tinha atingido os seus objetivos e era altura de inverter o ciclo. Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE), seguiu as pisadas da Reserva Federal e manteve as taxas de juro em 0%, anunciando também que iria descontinuar o programa quantitativo de estímulo monetário a partir de 2022.

Nos EUA, os estímulos económicos referidos anteriormente, permitiram que a economia crescesse ao nível mais alto desde 1984. O PIB registou uma subida de 5,6% (2020: -3,4%), destacando-se o contributo da retoma do consumo. A inflação subiu para 4,3% (2020: 1,2%) o que, tal como referido anteriormente, deu origem a alguns alertas nos decisores económicos. A taxa de desemprego depois da subida em 2020, voltou a descer e fechou o ano nos 5,4% (2020: 8,1%).

Na UE a retoma foi também bastante expressiva, com os agentes económicos a responderem à melhoria da situação epidemiológica e à gradual redução das medidas de confinamento que geraram uma recuperação no consumo. O PIB subiu 5,2% face à quebra de 6,4% no ano anterior. Apesar de positiva a evolução do desemprego apresenta alguma inércia e em

dezembro era de 7% face a 8,2% no final do ano anterior. A UE registou também uma subida no nível de preços o que se refletiu numa subida do indicador da inflação de 0,3% para 2,2%.

A China, retomou a trajetória de crescimento económico de convergência para os países desenvolvidos e após uma redução no ritmo de crescimento do PIB para 2,3% em 2020, o ano de 2021 deverá apresentar um crescimento no PIB de 8,1%. Este crescimento não foi, porém, isento de problemas. As autoridades chinesas estão a tentar refrear alguns problemas de sustentabilidade, nomeadamente nos setores tecnológicos e imobiliário, implementando regulamentação ou controlando as fontes de financiamento. Reflexo destas medidas, os mercados bolsistas nestes setores registaram perdas acentuadas e a falência da gigante imobiliária *Evergrande* tornou-se notícia de primeira página. O conjunto das economias emergentes registaram este ano um crescimento do PIB de 6,5% (2020: -2,3%) acompanhando assim a tendência de recuperação mundial.

Em Portugal, as sucessivas vagas da pandemia e os confinamentos continuaram a marcar o ano. O PIB deverá subir 4,8% em 2021, impulsionado pela recuperação nas exportações e consumo interno (2020: -8,4%). O mercado de trabalho resistiu bem à pandemia e recuperou já para níveis pré-Covid. De facto, a taxa de

desemprego desceu para 6,6% (2020: 7,0%), que corresponde a um valor mínimo desde 2002 e em alguns setores, como alojamento e restauração, surgiram alguns constrangimentos na oferta de mão-de-obra. As medidas orçamentais de suporte à

economia foram significativas, porém o contexto de recuperação económica e melhoria da receita pública permite antever que o défice das contas públicas seja inferior a 3% do PIB (2020: 5,8%).

MERCADOS FINANCEIROS

Para os mercados financeiros globais o segundo ano da pandemia foi tão dramático quanto o primeiro. Os investidores concentraram a sua atenção na recuperação económica e no apoio prestado pelos bancos centrais e puseram de parte alguns receios, como a subida da inflação, os problemas nas cadeias de distribuição e o surgimento de novas variantes do vírus SARS-cov-2, para gerar mais um ano de valorizações recorde.

Estas tendências recentes dos mercados financeiros adquiriram uma nova relevância e influenciarão de forma indelével os investimentos nos próximos tempos. Os investidores individuais tomaram de assalto alguns ativos em Wall Street e conduziram a valorizações impressionantes nos denominados “*meme stocks*”. Um dos exemplos foi a empresa Gamestop, que teve uma valorização de 2.500% no preço das suas ações em janeiro e que encerrou o ano com uma valorização superior a 700%. Também as denominadas criptomoedas mantiveram um lugar de destaque na

atenção dos investidores, à medida que fazem o percurso para se tornarem uma classe de ativos por mérito próprio, num contexto de aumento regulatório e de escrutínio por parte das autoridades financeiras e de forte volatilidade nos respetivos preços. Finalmente a tendência mais relevante e marcante é o crescimento da importância do investimento sustentável. Impulsionado pela preocupação dos investidores em temas como a mudança climática ou a justiça social, mas também por surgimento de alguma regulamentação de discriminação positiva, o presente ano foi um ano record para as estratégias de investimento sustentáveis (ESG).

O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 20,1% em dólares (2020: 14,1%). Na Europa e EUA, as performances das ações foram também bastante positivas. Nos EUA, o índice *benchmark* S&P 500 subiu 26,9% (2020 16,3%), um pouco acima da valorização de 21,0% do índice Eurostoxx 50 (2020: -5,1%).

No Reino-Unido o Footsie 100 registou uma subida de 14,3% (2020: -14,3%) e em Portugal, o índice PSI20 subiu 13,7% (2020: -6,1%). No Oriente, o índice Nikkei 225 valorizou-se 4,9% e o CSI300 chinês desceu 5,2% influenciado pela correção nos setores imobiliário e tecnológico.

Os mercados de obrigações globais tiveram em 2021 um ano negativo, reagindo assim à subida da inflação. A performance do índice que reúne as emissões de Dívida Pública dos países do Zona Euro (Bloomberg Euro Government Aggregate) desceu 3,4% (2020: 4,7%). A correção ficou marcada por dois momentos em que os investidores reduziram a exposição a esta classe de ativos: o primeiro aconteceu no início do ano, antecipando um período de crescimento económico prolongado, mas acompanhado de alguma inflação; o segundo sucedeu no Outono, quando os bancos centrais deram nota aos mercados que se preparavam para combater a subida de preços invertendo o ciclo de descida de taxas de juro. Nos EUA, o rendimento (yield) da emissão de Dívida Pública a 10 anos (Treasuries) subiu de 0,92% para 1,51%, enquanto na Europa a Dívida Alemã a 10

anos (Bund) apresentou uma subida de 39 p.b. para -0,18%. A dívida pública portuguesa acompanhou a tendência de fundo e registou no ano uma subida na yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos de 0,03% para 0,46%. Olhando com maior detalhe para as obrigações emitidas por empresas, é de referir que apesar da evolução negativa, o desempenho foi superior à dívida soberana, o que se traduziu numa recuperação dos prémios de risco para níveis pré-pandémicos: o índice iBoxx Euro Corporate Bond desvalorizou 1,1% (2020: +4,7%).

O impacto da recuperação económica no petróleo foi naturalmente uma subida no preço. Os níveis de produção cresceram a um nível inferior da procura, uma vez que os principais países exportadores (OPEP+) acordaram ainda em 2020 limitar o aumento de produção como forma de sustentar uma subida de preço. Assim, o preço do barril Brent iniciou o ano em torno dos 50 dólares e subiu 51,4% para 77,46 dólares (USD).

A moeda única europeia fechou o ano nos 1,1386 USD/EUR, face a 1,2225 USD/EUR no final de 2020 (desvalorização de 6,9%).

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2021 o

mercado de seguros regressou ao crescimento do volume global de prémios que atingiram os 13,3 mil milhões de euros.

Este valor que representa uma forte recuperação face ao ano de 2020 (+ 34,2%), que sabemos ter tido um forte impacto da pandemia principalmente sobre o Ramo Vida, fica ainda assim 3,1% acima do valor global de produção registado em 2018. O Ramo Vida volta a recuperar a sua liderança face aos Ramos Não Vida com uma quota de 58%, no entanto em queda face à sua quota de quase 61% em 2018, o que denota o comportamento consistentemente positivo dos Ramos Não Vida nestes últimos anos.

Com um volume de prémios de 7,7 mil milhões de euros, o Ramo Vida apresentou um crescimento de 68,5% relativamente a 2020 e de 10,5% face aos valores registados no ano de 2019. No entanto, o Ramo Vida não consegue atingir os valores registados em 2018 ficando assim a 95% do valor registado há três anos. Por outro lado, é interessante analisar a composição deste ramo de atividade. Os seguros ligados com 4,6 mil milhões de euros registaram um crescimento de 144% face a 2020, passando a representar 60,4% do Ramo Vida (41,6% ou 42% em 2020). Se estendermos esta análise ao período até 2018 os resultados são ainda mais expressivos: face a esse ano o crescimento dos seguros ligados é de cerca de 163,9 ou 164%, sendo a sua quota de 21,8 ou 22% do total do ramo Vida.

Os Ramos Não Vida atingiram um volume global de prémios de 5,6 mil milhões de euros o que representa uma taxa de

crescimento face a 2020 de 4,7%. Como referido anteriormente, o crescimento destes ramos tem sido consistente e positivo ao longo dos últimos anos: 7,9% face a 2019 e 16,5% relativamente aos prémios Não Vida registados em 2018. O único Ramo com comportamento negativo neste ano foi o aéreo (-2,2%). Os Ramos com maior crescimento foram: Marítimo e Transportes (+10,7%) e Saúde (8,8%). A generalidade dos Ramos cresceu acima dos 4,7% com a grande exceção, pela sua quota de quase 34%, do Ramo Automóvel que registou um crescimento de 1,3%. Por outro lado, o Ramo de Incêndios e Outros Danos, com um crescimento de 5,8%, consolida a sua segunda posição nos Ramos Não Vida, e a Saúde reforça a sua posição de terceiro maior Ramo Não Vida ultrapassando os mil milhões de euros de prémios, enquanto os Acidentes de Trabalho mantêm a quarta posição do ranking, apesar de terem registado um crescimento de 6,6%.

Registou-se por outro lado um aumento da concentração no mercado: o número de empresas de seguros reduziu-se de 75 em 2018 para 65 em 2021. Se nas empresas nacionais a redução foi de 41 empresas em 2018 para 38 em 2021, já nas sucursais a diminuição foi de 34 para 27 no mesmo período.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, em 2021 mantiveram-se os impactos da situação pandémica quer ao nível da atividade quer ao nível do reporte à

Autoridade de Supervisão (ASF). Manteve-se em vigor até final de setembro o decreto-lei nº20-F/2020, de 12 de maio, que tinha aprovado um regime excecional e temporário relativo ao pagamento de prémios de seguro (moratórias nos seguros) e aos efeitos da redução temporária do risco nos contratos de seguro decorrente da diminuição significativa ou suspensão de atividade. Por outro lado, o ano de 2021 ficou também marcado pelas diversas iniciativas regulamentares relacionadas com a Sustentabilidade: desde o SFDR- *Sustainable Finance Disclosure Regulation* ao Regulamento de Taxonomia. Destacaram-se também no ano 2021, várias consultas públicas de normas que visam regulamentar a conduta de mercado e tratamento de reclamações, o sistema de governação das empresas de seguros e por

último a segurança e governação das tecnologias de informação. Por outro lado, foi também dado especial destaque à implementação das Normas Internacionais de Reporte Financeiro IFRS9 e IFRS17, que deve ocorrer em 1 de janeiro de 2023 bem como às alterações legislativas de carácter fiscal, nomeadamente a DMIS - Declaração Mensal de Imposto do Selo.

De registar ainda as iniciativas legislativas de alteração do regime das cláusulas contratuais (Lei 32/2021) que estabeleceu regras quanto ao tamanho da letra e ao espaçamento entre linhas, bem como a lei que consagra o “Direito ao Esquecimento” nos contratos de seguros associados a crédito (Lei nº 75/2021) e cuja regulamentação ainda não se encontra disponível.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal, e desde 2016 em Espanha em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. no decurso do ano de 2021 manteve-se fiel à estratégia de comercialização e perfil de carteira dos últimos anos.

A experiência de 2020, permitiu manter na conjuntura pandémica, a continuidade do negócio, o atendimento ininterrupto a distribuidores e clientes e a resposta próxima, junto de todos os seus interlocutores.

Manteve-se a parceria de distribuição com o banco EuroBic, e nos restantes canais, a

VICTORIA prosseguiu com a estratégia de identificação de negócio rentável, em todas as vertentes, através de operadores profissionais sensíveis à apresentação diferenciada de soluções e uma proposta de valor própria.

Já em termos institucionais, a VICTORIA reforçou o seu compromisso com as parcerias existentes, com a sua presença, comunicação de marca e imagem nos vários ecossistemas. Materializando essa estratégia de posicionamento, a VICTORIA prosseguiu a colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários e a Nova Medical School, com o propósito de estabelecer pontes entre o mundo académico e a Empresa e de explorar – através da Cátedra VICTORIA em Edificação Saudável – a relação entre o edificado e a saúde das pessoas que o habitam e utilizam, o ponto de encontro entre a investigação científica e a práxis construtiva dos espaços públicos e privados que suportam a qualidade de vida e promovem a saúde dos seus ocupantes. Continuando a percorrer um caminho de reforço da notoriedade da marca, e posicionando-se cada vez mais como especialista e líder de opinião nos ecossistemas considerados estratégicos, durante todo o ano de 2021, a VICTORIA esteve presente nas edições do Público Imobiliário com uma coluna de opinião quinzenal.

Ao nível de projetos transversais, a VICTORIA, manteve a desmaterialização de informação em formato físico, favorecendo a comunicação digital com os tomadores de seguro, tendo colocado em produção a 1ª fase da nova Área de Clientes. Nesta nova Área, para além da informação relativa a produtos financeiros, passou a estar disponível, para Clientes Particulares, a consulta de apólices individuais, o acesso a documentação (Condições Particulares e Atas), a possibilidade de consultar, editar e completar dados de contacto e ainda a adesão online ao Cliente 3D.

Por outro lado, ao colocar a experiência do utilizador ao serviço das vendas, a par com o know-how técnico, desta interação, resultou uma nova geração de simuladores/emissores. A aplicação de conceitos que traduzem boas práticas de usabilidade, complementados com melhorias ao nível do sistema VICTORIA e de alguns processos, permitiram criar uma experiência de simulação/emissão diferenciada e orientada para as vendas, sem descurar uma eficaz análise de risco e uma adequada recolha de informação. A fluidez de processos e organização da informação, acompanhada de um guia de estilos “clean”, alinhado com a identidade digital da VICTORIA e orientado para o “call-to-action”, completam esta experiência.

Manteve-se ativado no ano de 2021 o plano de contingência da Covid-19 que permitiu a todos os colaboradores da VICTORIA com

funções que não os obrigassem a permanecer em trabalho presencial (98% dos colaboradores), a trabalharem à distância nos períodos de confinamento.

Como no ano de 2020, dada a tipologia das ferramentas de apoio ao processo implementadas na VICTORIA (arquivo ótico, digitalização de documentos, processo de cotações (GPN), Portal do Agente, etc.),

todos os processos considerados críticos em termos de continuidade foram assegurados à distância.

Mantiveram-se também durante o ano os ajustamentos a alguns procedimentos que permitiram continuar a corresponder às necessidades dos distribuidores e dos clientes.

PRÉMIOS

O volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento, registou um aumento de 7,6% face ao ano anterior, atingindo EUR

42.650.769 (2020: EUR 39.626.403), invertendo a tendência do ano anterior (redução de 1,7 % em 2020 face a 2019). Analisando mais detalhadamente:

| Prémios e entregas | 2021 | % | 2020 | % | Var 21/20 |
|---------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------|
| VIDA | 42 650 769 | 100,0% | 39 626 403 | 100,0% | 7,6% |
| Contratos de seguro | 30 373 739 | 71,2% | 29 967 506 | 75,6% | 1,4% |
| Contratos de investimento | 12 277 030 | 28,8% | 9 658 897 | 24,4% | 27,1% |

Em 2021 registou-se um aumento de 1,4% na receita proveniente de contratos de seguro (2021: EUR 30.373.739 vs 2020: EUR 29.967.506). Igual comportamento teve a produção de contratos de investimento, em 2020 o volume de prémios situara-se nos EUR 9.658.897 sendo que em 2021 o valor registado foi de EUR 12.277.030, o que se traduz num aumento de 27,1% provenientes da comercialização de contratos de investimento.

Invertendo a tendência de 2020, a receita de prémios com origem em contratos de

empresas apresentou uma redução, 4,8%, (2020: Aumento de 6,5%), totalizando um volume total de prémios de EUR 15.962.377 (2020: EUR 16.779.682), dos quais EUR 45.057 correspondem a contratos em regime de em Livre Prestação de Serviços (2020: EUR 40.398). A evolução da receita obtida através de contratos celebrados com particulares aumentou 9,3%, situando-se em EUR 14.411.362 (2020: EUR 13.187.824). No seu conjunto, a produção Vida cresceu 7,6%, invertendo a tendência registada no ano anterior (2020: -1,7%).

SINISTRALIDADE E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O valor registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2021, ascendeu a EUR 25.851.806 valor superior em 8,5% face ao registado no ano transato (2020: EUR 23.825.936) invertendo a tendência registada em 2020 (2020: redução de 12,6%).

Face a 2020 os montantes pagos relativos a vencimentos, resgates e outras, sofreram

uma redução correspondente a EUR 583.002. Em sentido contrário, evoluíram os custos com Capitais por morte ou invalidez, com Rendas e com Custos de gestão imputados, registando um aumento de EUR 2.608.872.

As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

| Custos com sinistros | 2021 | 2020 | Var 21/20 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| VIDA | 25 851 806 | 23 825 936 | 8,5% |
| Vencimentos | 10 474 979 | 10 692 800 | -2,0% |
| Capitais morte ou invalidez | 3 407 706 | 1 931 298 | 76,4% |
| Rendas | 4 056 802 | 2 949 492 | 37,5% |
| Resgates | 6 804 286 | 7 166 000 | -5,0% |
| Outras | 38 008 | 41 475 | -8,4% |
| Custos gestão imputados | 1 070 026 | 1 044 871 | 2,4% |

A Provisão para Participação nos Resultados Atribuída, no final do exercício era de EUR 3.934.126 (2020: EUR 4.009.050), por força da seguinte movimentação: EUR 2.541.034 (2020: EUR 2.677.317) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 21.410 (2020: EUR 56.955) utilizados para aumento dos benefícios, assim como uma dotação em função do resultado do ramo Vida de EUR 2.487.520 (2020: EUR 3.551.800).

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 4.604.341 (2020: - EUR 4.113.512), considerando a variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior. Foram ainda efetuados

testes de adequação das responsabilidades, à semelhança de anos anteriores.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 2.768.582 (2020: 2.913.145). No que respeita à provisão para compromissos de taxa, fruto essencialmente da evolução registada nas taxas de juro ao longo do ano, o valor registado foi de EUR 10.477.253 (2020: EUR 12.137.216), o que representa um decréscimo de EUR 1.659.963 no exercício em apreço.

A provisão para participação nos resultados a atribuir, sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2021 EUR 478.676 (2020: EUR 543.936).

RESSEGURO CEDIDO

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma criteriosa e de acordo com a sua capacidade

financeira e a política do Grupo SMA. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

| Resseguro cedido VIDA | 2021 | 2020 | Var 21/20 |
|--|-----------------|-----------------|--------------|
| Resultado | -658 500 | -554 774 | 18,7% |
| Prémios adquiridos cedidos | -3 890 783 | -3 548 128 | 9,7% |
| Comissões | 1 195 927 | 2 125 986 | -43,7% |
| Participação Resultados Resseguro cedido | 599 564 | 647 392 | -7,4% |
| Sinistros e variação de provisões | 1 436 791 | 219 976 | 553,2% |

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Tal como em 2020, com o objetivo de refletir o real custo dos projetos informáticos, a VICTORIA procedeu à incorporação dos custos diretamente imputáveis aos mesmos. Manteve-se a externalização pontual de algumas atividades em detrimento do reforço pontual dos quadros. Esta decisão está intimamente ligada à evolução do mercado de trabalho especializado em algumas áreas. O valor registado em 2021 em custos com pessoal, foi de EUR 4.445.705 (2020: EUR 4.243.941), o que se traduz num aumento de 4,8% face ao registado no exercício anterior. No mesmo sentido, evoluíram os Fornecimentos e Serviços Externos, tendo sido registado um

aumento, neste caso, de 5,1% face ao ano de 2020. O montante afeto a esta rubrica foi de EUR 2.858.767 (2020: EUR: 2.720.017). A rubrica amortizações do exercício registou uma redução de 4,6% face ao registado no exercício anterior. O aumento registado na rubrica juros e Comissões (10,3%), está relacionado com a aplicação da norma contabilística IFRS 16, bem como, os juros pagos à VICTORIA Seguros, SA, decorrentes do empréstimo contraído junto desta. Mantendo a tendência registada em 2020, registou-se uma diminuição de 0,8%, no rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos (2020: diminuição de 0,1%), passando de 22,4% em 2020 para 21,6% no final de 2021.

| Custos por natureza a imputar | 2021 | 2020 | Var 21/20 |
|---|------------------|------------------|--------------|
| Total | 9 201 611 | 8 882 981 | 3,6% |
| Custos com pessoal | 4 445 705 | 4 243 941 | 4,8% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 2 858 767 | 2 720 017 | 5,1% |
| Impostos e Taxas | 64 209 | 62 439 | 2,8% |
| Amortizações | 1 369 594 | 1 436 349 | -4,6% |
| Juros e Comissões | 463 335 | 420 235 | 10,3% |
| % Prémios brutos adquiridos e entregas | 21,6% | 22,4% | -0,8% |

RECURSOS HUMANOS

No final de 2021 a VICTORIA tinha um total de 297 empregados (86 Vida e 211 Seguros) (2020: 293). A média etária era de 45,98 (2020: 45,47) anos, a antiguidade média no Grupo era de 14,71 (2020: 14,30) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 56,90 % (2020: 55,63%).

Alinhado com este último indicador está também uma percentagem crescente de Colaboradores do sexo feminino em lugares de chefia; representam pela primeira vez mais de 40% no total das hierarquias (41% - 2021; 38,5 – 2020).

Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2021, 58,59% (2020: 57,0%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 5,39% dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado. De referir que alguma desta evolução tem sido promovida pela própria empresa no âmbito de iniciativas de desenvolvimento de potencial individual.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/06/2020, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2021 contribuições no total de EUR 155.537,00 (2020: EUR 149.553,41) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado

FORMAÇÃO

Em 2021 a VICTORIA continuou a sua jornada de aprendizagem e adaptação constante. Fomos agentes ativos nesta mudança de paradigma que teve grande impacto nos novos modelos de formação: nas metodologias adotadas, na gestão das dinâmicas formativas e na adaptação dos conteúdos pedagógicos. Entregámos formação de forma regular e continuada a todos os nossos colaboradores e parceiros de negócio, sempre com uma elevada preocupação em medir o retorno do investimento em qualidade, eficácia e aplicabilidade.

O Campus VICTORIA conquistou mais relevância, enquanto garante do desenvolvimento pessoal dos colaboradores e do heteroconhecimento das equipas, com enfoque nos processos de comunicação e mudança, tendo desenvolvido um programa comportamental, que envolveu todos os colaboradores. Destacar também um programa de formação transversal e

inovador na abordagem, com o objetivo de proporcionar que temas fundamentais estejam sempre no *top of the mind* do dia a dia das equipas (gestão do stress, comunicação e relação à distância ou gestão emocional, etc.), fossem catalisadores de uma cuidada abordagem aos novos rituais do dia a dia tendo em conta o peculiar período que atravessámos.

Foi um ano desafiante, sem dúvida, mas que nos permitiu inovar, para continuarmos a garantir uma presença efetiva da componente formativa no apoio permanente às necessidades de conhecimento da empresa, no desenvolvimento do potencial dos Colaboradores e no alinhamento e proximidade à estratégia da organização.

Podemos assim destacar como principais indicadores de formação os seguintes dados:

| 2021 Indicadores Globais de Formação | TOTAL |
|--|-------|
| Ações de formação realizadas | 50 |
| Horas de formação realizadas | 6.643 |
| Nº de participações de colaboradores em formação | 1.231 |

| CAMPUS VICTORIA Academias de Formação | Distribuição (horas de formação) | Nº Participações |
|--|-------------------------------------|------------------|
| Academia de Conteúdos Técnicos | 54% | 404 |
| Academia de Comportamentos | 32% | 680 |
| Academia de Gestão e Liderança | 4% | 19 |
| Academia de Vendas | 10% | 128 |

Em 2021, foi efetuado um esforço no sentido de colmatar as necessidades de formação, individuais, de equipa e transversais a toda a Empresa. Neste sentido, foram desenvolvidos diversos Programas de Formação, integrados nas Academias do nosso Campus VICTORIA.

Destacamos que 80% do total de horas de formação foram desenvolvidos por entidades formadoras externas, nomeadamente em ações de formação orientadas ao desenvolvimento de competências técnicas ligadas ao nosso

core business, à vertente tecnologia associada aos processos de negócio e ao desenvolvimento de competências comportamentais.

A formação interna representou 10% do total de horas de formação e incidiu em matérias regulatórias como a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, o lançamento de novos Produtos de seguros e à consolidação do *Portfolio* de Produtos de diversos Ramos de Seguros em comercialização na VICTORIA.

ACADEMIA VICTORIA | MEDIAÇÃO

2021 foi igualmente o ano em que assinalámos orgulhosamente o nascimento da Academia VICTORIA Mediação.

Esta Academia surge integrada no Campus VICTORIA, visando potenciar o desenvolvimento dos seus parceiros a 360° numa lógica de acrescentar valor ao seu negócio e à sua relação com a VICTORIA, garantindo adicionalmente o cumprimento dos pressupostos de formação obrigatórios considerados pela Diretiva de Distribuição de Seguros.

O seu propósito pretende reforçar a relação de parceria entre a estrutura de mediação e a VICTORIA, consolidando a preparação técnico-comercial nas diversas vertentes técnica, comercial e comportamental dos nossos Parceiros e assegurando uma venda adequada ao cliente, enquanto valor chave da VICTORIA.

Este foi mais um passo, na constante resposta que damos diariamente à evolução do mercado, reforçando a presença da marca VICTORIA junto dos seus parceiros.

Realçar que a novíssima Academia, foi responsável por desenvolver 483 horas de formação, num total de 109 ações de formação a diversos públicos-alvo, como Mediadores de Seguros e outros parceiros de negócio. Do total das horas ministradas, destaca-se ainda o Plano de Formação integrado aos Consultores do Canal Exclusivo Pessoais que contou com 109,5 horas ministradas ao longo do ano.

Por último, referir que o sucesso desta iniciativa foi assinalado no final do ano pela

existência de uma adesão considerável de agentes que contaram com a Academia VICTORIA Mediação para garantir o cumprimento dos seus deveres de conhecimento ao nível da Prevenção e Branqueamento de Capitais. Da oferta global que a VICTORIA fez a todos os seus agentes, muitos responderam afirmativamente e avaliaram de forma positiva toda a ação.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Em 2021, a Comunicação da VICTORIA manteve uma linha de proximidade, empatia e humanização como forma de promoção dos valores e da cultura corporativa.

Com os Colaboradores fisicamente mais distantes, por força da situação pandémica vivida, mostrou-se essencial manter e reforçar uma comunicação consistente, diferenciadora e assente no desenvolvimento de programas e meios de informação precisos e relevantes que espelhassem a preocupação e empenho da VICTORIA não só com o bem-estar e segurança de todos os Colaboradores e respetivas famílias, mas também com o sentido de presença.

De acordo com esse objetivo, além da informação de cariz institucional, o

lançamento da 3ª edição da Newsletter Interna Digital **#VICTORIAemcasa** onde foram divulgados, ao longo do ano, 29 números que contemplaram as mais variadas e originais temáticas.

Procurámos dar voz a uma abordagem mais institucional feita pelo Conselho Executivo e Gestão de Topo sobre os diferentes desafios, projetos e resultados mais relevantes na VICTORIA, garantindo que todos os Colaboradores os conhecessem e se envolvessem desde sempre.

Mas também esta edição trouxe artigos de desenvolvimento pessoal, dicas e sugestões de interesse, *tedtalks*, *podcasts*, *tudo aquilo que permitisse que a solidão socioprofissional fosse recheada de momentos de descontração e aprendizagem.*

É também nessa linha que se enquadra uma nova iniciativa que, na lógica de *welcome a board*, dá a conhecer o lado mais pessoal

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

Num ano atípico, onde o distanciamento social foi marcante, houve necessidade de adaptar as diversas iniciativas do programa de responsabilidade social às restrições impostas por uma gestão eficaz da pandemia, mas também às novas necessidades que ela nos trouxe.

Desta forma e com o objetivo de reforçar o bem-estar e a segurança de todos e na linha da **responsabilidade social interna**, privilegiámos o formato online para dar continuidade às diferentes atividades desenvolvidas, das quais destacamos: as consultas de orientação nutricional, o livro de receitas saudáveis e as aulas de Yoga; efetuámos ainda o lançamento de uma campanha antitabágica e um webinar, em associação com uma empresa especializada em cessação tabágica e que abrangeu um check-up de doenças associadas ao tabaco, bem como consultas gratuitas para os nossos colaboradores e respetivos cônjuges; reforçámos as parcerias que estabelecemos com empresas de diversos setores de atividade e que visam o acesso a condições mais vantajosas por parte dos nossos colaboradores e agregado familiar; estivemos este ano presentes com especial

existente em cada um dos nossos novos Colaboradores, reforçando e incentivando assim, a integração efetiva na empresa.

carinho no acompanhamento e apoio ao nascimento dos novos bebés VICTORIA, Também a **responsabilidade social externa** esteve presente durante todo o ano, através de várias iniciativas e causas apoiadas pela VICTORIA.

Associámo-nos a campanhas da Make a Wish, contribuindo desta forma, para a realização de desejos de crianças e jovens gravemente doentes.

Enquanto associados, mantivemos ainda o apoio ao Programa Dignidade que tem por missão o desenvolvimento de programas solidários que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses. No âmbito da sua atividade, destacamos o programa Abem que auxilia os mais desprotegidos para que possam aceder a medicamentos essenciais para a sua saúde. Dando continuidade à promoção da ligação com a comunidade local, efetuámos um donativo ao Centro Social e Paroquial São Romão de Carnaxide, para a compra de equipamentos essenciais à prestação de cuidados de higiene e de saúde dos utentes, num contexto tão adverso para as populações idosas.

Apoiámos uma vez mais a Semear, que procura combater o desemprego de pessoas com deficiência dotando-os de valências pessoais, sociais e técnicas, que lhes permitam integrar o mercado de trabalho. Com esta instituição celebrámos o Natal à distância, mas sempre juntos na vertente solidária. E nesta época natalícia, mantivemos também a tradição do nosso Natal solidário, tendo apoiado a Ajuda de Mãe, através da compra de enfeites para a

nossa Árvore de Natal Solidária. Esta instituição apoia mães e respetivas famílias, através de um acompanhamento psicossocial, acolhimento, formação e reintegração profissional.

Apesar de todos os constrangimentos que a pandemia trouxe, a VICTORIA não ficou indiferente aos crescentes apelos das instituições de solidariedade social e manteve a sua cultura de compromisso com as causas sociais. VICTORIA Somos Nós!

INVESTIMENTOS

A VICTORIA – Seguros de Vida S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do

risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos atingia no final de 2021 um montante global de EUR 226.240.204 (2020: EUR 228.477.781), o que representa uma redução anual de -1%. Tal como no ano anterior, a carteira de investimentos concentra-se principalmente na rubrica Títulos e Participações Financeiras. Assim, o investimento em Imóveis corresponde a 16,9% (2020: 16,7%) e as aplicações em títulos e participações financeiras totalizam 79,7% (2020: 79,9%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

| Carteira de Investimentos | 2021 | % | 2020 | % | Variação 21/20 |
|-------------------------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|----------------|
| Total | 226.240.203 | 100,0% | 228.477.781 | 100,0% | -1,0% |
| Títulos e Participações Financeiras | 180.325.389 | 79,7% | 182.463.193 | 79,9% | -1,2% |
| Imóveis | 38.196.370 | 16,9% | 38.215.513 | 16,7% | -0,1% |
| Outros Activos Financeiros | 7.718.444 | 3,4% | 7.799.075 | 3,4% | -1,0% |

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 180.325.389 (2020: EUR 182.463.193) e a 31

de dezembro de 2021 apresentava a seguinte distribuição:

| Carteira de Títulos | 2021 | % | 2020 | % | Variação 21/20 |
|------------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|----------------|
| Total | 180.325.389 | 100,0% | 182.463.193 | 100,0% | -1,2% |
| Divida Publica | 48.959.889 | 27,2% | 54.046.052 | 29,6% | -9,4% |
| Acções e Participações | 115.663 | 0,1% | 112.306 | 0,1% | 3,0% |
| Obrigações Diversas | 98.312.387 | 54,5% | 97.922.176 | 53,7% | 0,4% |
| Outros | 32.937.449 | 18,3% | 30.382.659 | 16,7% | 8,4% |

A distribuição da carteira de investimentos pelas principais classes de ativos manteve-se relativamente estável no presente exercício. Assim, a exposição à classe de ativos Dívida Pública regrediu 2,5%, passando a representar 27,2% (2020: 29,6%) da carteira de títulos. Esta redução foi compensada pelo aumento de 400 mil euros na classe de ativos Obrigações Diversas que manteve o estatuto de classe de ativos mais representativa com 54,5%

(2020: 53,7%) e pelo incremento de 2,5 milhões de euros na classe de ativos “Outros”, por força do incremento no investimento em fundos. Esta rubrica, passou assim representar 18,3% da carteira de títulos (2020: 16,7%).

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 68,7% (2020: 74,9%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

| Rating | 2021 | 2020 | Variação anual |
|--------------|---------------|---------------|----------------|
| Total | 100,0% | 100,0% | |
| AAA | 7,1% | 9,7% | -2,6% |
| AA | 12,5% | 14,7% | -2,2% |
| A | 26,8% | 26,1% | 0,7% |
| BBB | 22,3% | 24,4% | -2,1% |
| BB | 3,1% | 1,0% | 2,2% |
| B | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| NR | 28,2% | 24,2% | 4,0% |

O resultado de investimentos em 2021 foi de 4.271.601 EUR (2020: 5.210.408), o que representa uma redução de 18%. Esta

redução concentra-se essencialmente na rubrica de rendimentos, que apresentou uma redução de 767 mil euros, e que resulta

essencialmente da menor remuneração das obrigações de rendimento fixo num contexto de taxas de juro extremamente baixas. Em termos líquidos as rubricas de

Ganhos e Perdas realizadas contribuíram negativamente para o resultado de investimentos em cerca de 180 mil euros.

| Proveitos de Investimentos | 2021 | 2020 | Var. |
|----------------------------------|------------------|------------------|---------------|
| Total | 4.271.601 | 5.210.408 | -18,0% |
| Rendimentos | 4.411.140 | 5.178.096 | -14,8% |
| Ganhos Realizados | 420.069 | 581.702 | -27,8% |
| Perdas Provenientes de Alienação | - 558.521 | - 540.007 | 3,4% |
| Perdas por Imparidade | - 1.086 | - 9.383 | n.d. |

FUNDOS DE PENSÕES

Durante o exercício de 2021, os ativos relativos a Fundos de Pensões registaram um crescimento de 3,8% para EUR

16.263.374 (2020: EUR 15.668.902), distribuídos por 5 fundos distintos.

MEIO AMBIENTE

Este ano merece especial destaque esta rubrica. Não porque não seja de uma importância relevante todos os anos para a empresa, mas porque este ano mereceu um cuidado extremo por parte da VICTORIA.

A situação que vivemos obrigou-nos a olhar para a relação entre o espaço de trabalho e os nossos Colaboradores com particular atenção e detalhe, por forma a que existisse a maior segurança possível no desempenho das nossas funções.

Foi por isso que na perspetiva de mitigar ao máximo o risco de contágio, a VICTORIA obteve a primeira Qualificação CoVida/20 atribuída pela Nova Medical School. Essa qualificação foi atribuída ao edifício onde estão sediados os nossos serviços centrais.

Foi um trabalho árduo durante alguns meses na elaboração de um Plano de Contingência que visou a implementação de um conjunto de medidas (alteração de postos de trabalho, aquisição de equipamento, ajustamento de comportamentos, redesenho de circuitos de circulação, etc) baseadas no conhecimento científico e ajustadas à realidade da situação em causa.

Foi uma implementação dura, mas eficiente; com uma comunicação clara, assertiva, mas simultaneamente original e alinhada com as características do edifício, que o bom senso, o bom entendimento e a boa prática, de todos os Colaboradores, ajudou a concretizar.

Os outros espaços VICTORIA alinharam pelas mesmas regras (com especificidades próprias), proporcionando a todos os Colaboradores condições para que o respeito pelos critérios de distanciamento, ventilação, higienização e etiqueta respiratória fossem uma realidade em toda a empresa.

Adicionalmente e mantendo a resposta à situação de pandemia decretada em 2020 – COVID-19 e, como principal medida de mitigação do risco de contágio, todos os Colaboradores da VICTORIA com funções compatíveis para uma situação de trabalho por acesso remoto exerceram as suas funções a partir dos seus domicílios, com exceção de uma pequena janela temporal provocada pela melhoria dos indicadores da situação pandémica.

No entanto, nesses 3 meses em que sucedeu o regresso dos Colaboradores às instalações manteve-se a prática de desfasamento de horários e regimes de turnos, salvaguardando o recurso ao trabalho remoto total, sempre que as situações individuais assim o requeriam.

Apesar de toda esta situação atípica a VICTORIA, manteve a atenção especial que sempre dedica à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais

caminhando cada vez mais numa lógica de política de sustentabilidade.

É nesse cenário que foram abolidos em 90% das situações os copos de plástico não reutilizáveis, disponibilizando a todos os Colaboradores, copos reutilizáveis e de material ecologicamente sustentável.

Adicionalmente verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 1,5 (2020: 1,3) milhões de folhas. Este ligeiro incremento está desalinhado com a continuada e progressiva redução de consumo de papel, que se tem verificado nos últimos anos, consequência direta de alguns mecanismos implementados pela empresa (apostas na digitalização, na portabilidade, nas medidas de controlo de desperdício, etc.) e na consciencialização de todos para uma melhor atitude ambiental.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,5 (2020: 1,7) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras. Esta redução está totalmente justificada pela permanência em trabalho remoto de todos os Colaboradores durante a esmagadora maioria do ano.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 606.330 (2020: 705.510) KW/H de energia

elétrica, 697 (2020: 18.466) m3 de gás natural e 1.649 (2020: 2.633) m3 de água. Reduções dos consumos na ordem dos 14% na eletricidade, 96% no gás natural e 37% na água.

Estas reduções são consequência lógica da fraca presença de utilizadores durante quase 9 meses no Edifício, em execução do plano de proteção desenhado para mitigação do risco de contágio da doença COVID-19. Assume principal relevo, a componente do gás natural, utilizado para aquecimento da água que circula nos

aparelhos individuais de ar condicionado (ventiloconvectores), cujo funcionamento foi inibido ao abrigo das ações constantes no Plano de Contingência COVID-19, para o Edifício dos serviços centrais da VICTORIA em Miraflores.

Pelos mesmos motivos apresentados, o consumo nas nossas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 46.056 (2020: 70.490) KW/H de energia elétrica e de 172,00 (2020: 278,00) m3 de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2021, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à

gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e

tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento

de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2021 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta eFront;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos na ferramenta eFront;
- Upgrade tecnológico da ferramenta eFront;

- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2022, são as seguintes:

- Upgrade do software Prima Compliance (Assuretat), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's);
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita

uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;

- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Concluir a implementação das Normas contabilística IFRS 17 e IFRS 9 no âmbito da gestão de riscos;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios foi o seguinte:

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| SCR | 22.039.343 | 22.314.341 |
| Rácio de Cobertura SCR | 151,8% | 139,7% |
| MCR | 8.845.380 | 8.907.644 |
| Rácio de Cobertura MCR | 341,8% | 306,2% |
| Fundos Próprios Elegíveis SCR | 33.466.060 | 31.183.633 |
| Fundos Próprios Elegíveis MCR | 30.235.136 | 27.272.154 |

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no setor de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA

Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR – 48.428 (2020: EUR 71.519). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR

76.757 (2020: EUR 191.301). Propomos que após a dotação de EUR 7.676 à reserva legal, o remanescente de EUR 69.081 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA em França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2022

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em janeiro de 2022 atingiu EUR 4.297.598 (2021: EUR 3.982.248).

Depois de dois anos de desafio às suas capacidades de adaptação como Empresa, a VICTORIA defronta, em 2022, um ano com a manutenção de algumas incógnitas relativamente à progressão da pandemia e com novos desafios marcados por novas

incertezas, como a guerra na Ucrânia, que têm impacto na conjuntura económica ao nível da inflação, das taxas de juro e do crescimento económico.

A VICTORIA estabeleceu para o ano de 2022 um plano assente na manutenção da sua estratégia de segurador generalista concentrado em determinados nichos de especialidade, procurando o crescimento rentável em todas as linhas de negócio, no intuito de continuar a responder aos princípios vetores que têm guiado a sua atividade nos últimos anos, nomeadamente os da sustentabilidade e rentabilidade do negócio.

As principais ações desenhadas para o ano 2022 são as seguintes:

- Aposta no recrutamento de mais Distribuidores para os diversos canais de distribuição;
- Implementação de novos simuladores / emissores;
- Elaboração da Proposta Valor Novos Canais e acompanhamento comercial ajustado à realidade dos Distribuidores dos Novos Canais;
- Implementação da segunda fase do projeto de eficiência comercial - EFICOM;
- Aumento da proximidade aos Distribuidores através da implementação de melhorias no Portal de Agentes e o desenvolvimento de WEB Services;
- Proporcionar a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e competências individuais e coletivas através de ações de formação dirigidas a colaboradores VICTORIA.
- Implementar um novo modelo de organização de trabalho que considere o teletrabalho como parte integrante do mesmo.
- Implementar o Portal do Colaborador que permitirá melhorar a comunicação interna, aumentar a autonomia na gestão de conteúdos e garantir uma maior interação com outras plataformas.
- Implementar os vários projetos regulamentares como as Normas Contabilísticas IFRS17 e 9, melhorias no processo de prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, bem como todas as atividades relacionadas com a Sustentabilidade: desde o SFDR-Sustainable Finance Disclosure Regulation ao Regulamento de Taxonomia.
- Reforçar a segurança das infraestruturas e dos sistemas de informação VICTORIA;
- Continuação do tratamento e disponibilização de informação de gestão completa e fiável para acompanhamento da evolução e rentabilidade das carteiras através da forte aposta na consolidação do potencial associado à ferramenta EDW
- Melhorar a qualidade da prestação de serviço ao cliente e/ou lesado.
- Reforço da presença institucional e da marca VICTORIA

A VICTORIA irá continuar em 2022 a reforçar a execução da estratégia de negócio dos últimos anos, apostando ainda mais na dinamização e proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, o reforço das parcerias estratégicas e a presença institucional

VICTORIA nos vários ecossistemas onde a sua oferta diferenciada de produto e posicionamento de especialização são reconhecidos como partes integrantes duma proposta de valor distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

29 de março de 2022
O Conselho de Administração

A decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom half of the page, framing the section header.

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2021 e 2020

| Notas do Anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício | | Exercício Anterior | |
|----------------|--|--------------------|---|--------------------|--------------------|
| | | Valor Bruto | Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos | | Valor Líquido |
| | ATIVO | | | | |
| 1 | Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 3.318.060 | | 3.318.060 | 3.805.799 |
| 3 | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 591 | | 591 | 591 |
| | Ativos financeiros detidos para negociação | | | - | - |
| 4 | Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | 32.347.886 | | 32.347.886 | 28.100.746 |
| | Investimentos em outras participadas e participantes | | | | |
| | Instrumentos de capital e unidades de participação | 15.456.443 | | 15.456.443 | 10.555.250 |
| | Títulos de dívida | 16.891.443 | | 16.891.443 | 17.545.496 |
| | Outros | | | | |
| | Derivados de cobertura | | | | |
| 5 | Ativos disponíveis para venda | 142.281.623 | 7.664 | 142.273.959 | 148.669.872 |
| | Investimentos em outras participadas e participantes | | | | |
| | Instrumentos de capital e unidades de participação | 17.603.742 | 7.664 | 17.596.078 | 19.939.123 |
| | Títulos de dívida | 124.677.881 | | 124.677.881 | 128.730.749 |
| | Outros | | | | |
| 6 | Empréstimos e contas a receber | 7.718.444 | - | 7.718.444 | 7.799.075 |
| | Depósitos junto de empresas cedentes | | | | |
| | Outros depósitos | | | - | - |
| | Empréstimos concedidos | 7.718.444 | | 7.718.444 | 7.753.637 |
| | Contas a receber | - | | - | 45.438 |
| | Outros | | | | |
| 7 | Investimentos a deter até à maturidade | 5.702.952 | | 5.702.952 | 5.691.984 |
| 2 | Terrenos e edifícios | 38.201.813 | 5.443 | 38.196.370 | 38.215.513 |
| | Terrenos e edifícios de uso próprio | 1.107.000 | 5.443 | 1.101.557 | 1.123.700 |
| | Terrenos e edifícios de rendimento | 37.094.813 | | 37.094.813 | 37.091.813 |
| 9 | Outros Ativos tangíveis | 4.492.378 | 3.718.880 | 773.498 | 652.369 |
| 9 | Inventários | 30.636 | | 30.636 | 36.563 |
| 10 | Ativos sob direito uso | 1.790.913 | 1.291.235 | 499.678 | 931.669 |
| | Goodwill | | | | |
| 11 | Outros Ativos intangíveis | 12.088.180 | 8.771.642 | 3.316.538 | 3.088.760 |
| 15 | Provisões técnicas de resseguro cedido | 611.819 | - | 611.819 | 194.838 |
| | Provisão para prémios não adquiridos | | | | |
| | Provisão matemática do ramo vida | | | - | - |
| | Provisão para sinistros | 611.819 | | 611.819 | 194.838 |
| | Provisão para participação nos resultados | | | | |
| | Provisão para compromissos de taxa | | | | |
| | Provisão para estabilização de carteira | | | | |
| | Outras provisões técnicas | | | | |
| 13 | Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 1.008.410 | | 1.008.410 | 968.324 |
| 12 | Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 3.218.106 | 172.610 | 3.045.496 | 4.076.200 |
| | Contas a receber por operações de seguro directo | 721.999 | 50.957 | 671.042 | 963.792 |
| | Contas a receber por outras operações de resseguro | 169.824 | 57.584 | 112.240 | 613.502 |
| | Contas a receber por outras operações | 2.326.283 | 64.069 | 2.262.214 | 2.498.906 |
| 14 | Ativos por impostos | 1.760.375 | - | 1.760.375 | 1.910.575 |
| | Ativos por impostos correntes | 374.065 | | 374.065 | 287.631 |
| | Ativos por impostos diferidos | 1.386.310 | | 1.386.310 | 1.622.944 |
| 20 | Acréscimos e diferimentos | 171.319 | | 171.319 | 333.820 |
| | Outros elementos do Ativo | | | | |
| | Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | | |
| | TOTAL ATIVO | 254.743.505 | 13.967.474 | 240.776.031 | 244.476.698 |

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2021 e 2020

| Notas do Anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício | Exercício Anterior |
|----------------|--|--------------------|--------------------|
| | PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | | |
| | PASSIVO | | |
| 15 | Provisões técnicas | 163.796.352 | 169.449.563 |
| | Provisão para prémios não adquiridos | 1.402.771 | 1.375.806 |
| | Provisão matemática do ramo vida | 138.484.032 | 143.012.003 |
| | Provisão para sinistros | 9.019.494 | 8.371.552 |
| | De vida | 9.019.494 | 8.371.552 |
| | De acidentes de trabalho | | |
| | De outros ramos | | |
| | Provisão para participação nos resultados | 4.412.802 | 4.552.986 |
| | Provisão para participação nos resultados a atribuir | 478.676 | 543.936 |
| | Provisão para participação nos resultados atribuída | 3.934.126 | 4.009.050 |
| | Provisão para compromissos de taxa | 10.477.253 | 12.137.216 |
| | Provisão para estabilização de carteira | | |
| | Provisão para desvios de sinistralidade | | |
| | Provisão para riscos em curso | | |
| | Outras provisões técnicas | | |
| 16 | Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento | 32.471.779 | 28.878.516 |
| 17 | Outros passivos financeiros | 5.000.000 | 5.000.000 |
| | Derivados de cobertura | | |
| | Passivos subordinados | 5.000.000 | 5.000.000 |
| | Depósitos recebidos de resseguradores | | |
| | Outros | | |
| 13 | Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo | 132.009 | 119.734 |
| 18 | Outros credores por operações de seguros e outras operações | 7.694.524 | 7.558.145 |
| | Contas a pagar por operações de seguro directo | 5.372.736 | 5.379.530 |
| | Contas a pagar por outras operações de resseguro | 295.973 | 15.116 |
| | Contas a pagar por outras operações | 2.025.815 | 2.163.499 |
| 14 | Passivos por impostos | 1.897.748 | 1.929.351 |
| | Passivos por impostos correntes | 444.246 | 383.454 |
| | Passivos por impostos diferidos | 1.453.502 | 1.545.897 |
| 19 | Passivos de locação | 550.352 | 996.668 |
| 20 | Acréscimos e diferimentos | 1.879.488 | 1.995.907 |
| 34 | Outras Provisões | 191.031 | 243.537 |
| | Outros elementos do passivo | | |
| | Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda | | |
| | TOTAL PASSIVO | 213.613.283 | 216.171.421 |
| 21 | CAPITAL PRÓPRIO | | |
| | Capital | 8.500.000 | 8.500.000 |
| | (Acções Próprias) | | |
| | Outros instrumentos de capital | | |
| | Reservas de reavaliação | 3.876.553 | 5.529.488 |
| | Por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros | 3.598.324 | 5.249.853 |
| | Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | 278.229 | 279.635 |
| | Por revalorização de Ativos intangíveis | | |
| | Por revalorização de outros Ativos tangíveis | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira | | |
| | De diferenças de câmbio | | |
| | Reserva por impostos diferidos | (992.396) | (1.364.305) |
| | Outras Reservas | 10.790.461 | 10.709.591 |
| | Resultados Transitados | 4.911.373 | 4.739.202 |
| | Resultado do exercício | 76.757 | 191.301 |
| | TOTAL CAPITAL PRÓPRIO | 27.162.748 | 28.305.277 |
| | TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | 240.776.031 | 244.476.698 |

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

| Notas do Anexo | Conta de Ganhos e Perdas | Exercício | | | Exercício Anterior |
|----------------|--|-----------------|----------------|----------------|--------------------|
| | | Técnica Vida | Não Técnica | Total | |
| 24 | Prêmios adquiridos líquidos de resseguro | 26.448.289 | | 26.448.289 | 26.346.670 |
| | Prêmios brutos emitidos | 30.373.739 | | 30.373.739 | 29.967.506 |
| | Prêmios de resseguro cedido | (3.890.783) | | (3.890.783) | (3.548.128) |
| | Provisão para prêmios não adquiridos (variação) | (34.667) | | (34.667) | (72.708) |
| | Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | | | | |
| 25 | Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços | 350.801 | | 350.801 | 331.290 |
| 26 | Custos com sinistros, líquidos de resseguro | (24.415.015) | | (24.415.015) | (23.605.960) |
| | Montantes pagos | (24.184.053) | | (24.184.053) | (23.583.191) |
| | Montantes brutos | (25.203.864) | | (25.203.864) | (23.870.633) |
| | Parte dos resseguradores | 1.019.811 | | 1.019.811 | 287.442 |
| | Provisão para sinistros (variação) | (230.962) | | (230.962) | (22.769) |
| | Montantes brutos | (647.942) | | (647.942) | 44.697 |
| | Parte dos resseguradores | 416.980 | | 416.980 | (67.466) |
| 27 | Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro | 1.659.963 | | 1.659.963 | (177.395) |
| 27 | Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro | 4.604.341 | | 4.604.341 | 4.113.512 |
| | Montantes brutos | 4.604.341 | | 4.604.341 | 4.113.512 |
| | Parte dos resseguradores | | | - | - |
| 27 | Participação nos resultados, líquida de resseguro | (1.745.425) | | (1.745.425) | (2.641.093) |
| 28 | Custos e gastos de exploração líquidos | (8.719.412) | | (8.719.412) | (7.015.511) |
| | Custos de aquisição | (5.386.872) | | (5.386.872) | (5.101.699) |
| | Custos de aquisição diferidos (variação) | (47.257) | | (47.257) | (70.741) |
| | Gastos administrativos | (4.481.210) | | (4.481.210) | (3.969.057) |
| | Comissão e participação nos resultados de resseguro | 1.195.927 | | 1.195.927 | 2.125.986 |
| 29 | Rendimentos | 4.234.115 | 177.025 | 4.411.140 | 5.178.096 |
| | De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | 3.976.811 | 177.025 | 4.153.836 | 4.637.979 |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | |
| | Outros | 257.304 | | 257.304 | 540.117 |
| 30 | Gastos financeiros | (1.220.387) | (16.852) | (1.237.239) | (1.142.346) |
| | De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | - | - |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | |
| | Outros | (1.220.387) | (16.852) | (1.237.239) | (1.142.346) |
| 31 | Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas | (68.731) | (3.847) | (72.578) | (174.875) |
| | De Ativos disponíveis para venda | (65.520) | - | (65.520) | 24.196 |
| | De empréstimos e contas a receber | | | | |
| | De investimentos a deter até à maturidade | | | | |
| | De passivos financeiros valorizados a custo amortizado | | | | |
| | De outros | (3.211) | (3.847) | (7.058) | (199.071) |
| 32 | Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas | (1.319.491) | - | (1.319.491) | (1.212.976) |
| | Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação | | | - | - |
| | Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | (1.319.491) | | (1.319.491) | (1.212.976) |
| | Diferenças de câmbio | | | | |
| | Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | | |
| | Perdas de imparidade (líquidas reversão) | (1.086) | - | (1.086) | (9.383) |
| | De Ativos disponíveis para venda | (1.086) | | (1.086) | (9.383) |
| | De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado | | | | |
| | De investimentos a deter até à maturidade | | | | |
| | De outros | | | | |
| 33 | Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 143.610 | | 143.610 | 159.496 |
| 34 | Outras provisões (variação) | | 52.506 | 52.506 | 113.164 |
| 35 | Outros rendimentos/gastos | | 21.657 | 21.657 | 46.682 |
| | Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas | | | | |
| | Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | | |
| | Ganhos e perdas de Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda | | | | |
| | RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS | (48.428) | 230.489 | 182.061 | 309.371 |
| 14 | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes | | | (60.874) | (60.601) |
| 14 | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos | | | (44.430) | (57.469) |
| | RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS | (48.428) | 230.489 | 76.757 | 191.301 |

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

| Demonstração de Rendimento Integral | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|----------------|
| Resultado líquido do exercício | 76.757 | 191.301 |
| Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda | | |
| Por via de valorizações/desvalorizações | (1.516.905) | 381.685 |
| Por via de alienações | (200.170) | (191.806) |
| Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio | (1.120) | (79.158) |
| Participação nos Resultados a atribuir ("shadow") | 65.260 | 145.825 |
| Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos | 371.909 | 127.030 |
| Ganhos e perdas actuariais reconhecidas | 61.740 | (43.529) |
| Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas actuariais | | |
| Total do rendimento integral | (1.142.529) | 531.348 |

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| Demonstração de Fluxos de Caixa - Método Direto | Exercício | Exercício Anterior |
|---|--------------------|--------------------|
| 1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS: | | |
| Recebimentos: | 124.280.073 | 115.748.114 |
| Clientes (prêmios recebidos) | 34.511.873 | 30.170.217 |
| venda/amortização de activos financeiros (Inv) | 86.419.076 | 81.948.401 |
| Juros e dividendos (Inv) | 3.068.767 | 3.341.199 |
| Recebimentos de taxas e impostos | - | - |
| Regularização c/c Seguradoras | 280.357 | 288.297 |
| Pagamentos: | 122.864.100 | 123.006.137 |
| Clientes (sinistros & estornos) | 29.563.996 | 26.703.828 |
| Comissões | 2.678.907 | 2.364.251 |
| Resseguradores | 273.558 | 149.266 |
| Outros prestadores | (1.462.454) | (1.303.958) |
| Fornecedores diversos | 2.504.361 | 852.215 |
| Pagamentos a colabores | 2.031.716 | 1.600.103 |
| Compra de activos financeiros (Inv) | 83.248.081 | 89.208.763 |
| Pagamento de taxas e impostos | 4.025.124 | 3.427.492 |
| Despesas de Viagem | 644 | 3.590 |
| Fundo Fixo Caixa | 167 | 587 |
| Regularização c/c Seguradoras | - | - |
| Fluxo das actividades operacionais | 1.415.973 | (7.258.023) |
| 2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Recebimentos: | | |
| Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.) | - | - |
| Imobilizações corpóreas (alienação) | - | - |
| Imobilizações incorpóreas (alienação) | - | - |
| Juros de Emp. Conc. | - | - |
| Dividendos de participações | - | - |
| Pagamentos: | 1.257.396 | 994.007 |
| Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos) | - | - |
| Imobilizações corpóreas (aquisição) | 277.944 | 380.884 |
| Imobilizações incorpóreas (aquisição) | 979.452 | 613.123 |
| Fluxo das actividades de Investimentos | (1.257.396) | (994.007) |
| 3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | |
| Recebimentos: | | 5.000.000 |
| Empréstimos Obtidos (Pela constituição) | - | 5.000.000 |
| Aumentos de Capital | - | - |
| Doações | - | - |
| Pagamentos: | 646.316 | 360.123 |
| Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos) | 200.000 | - |
| Amort. De contratos de locação financeira | 446.316 | 360.123 |
| Dividendos | - | - |
| Fluxo das actividades de financiamento | (646.316) | 4.639.877 |
| Total do Fluxo de Caixa | (487.739) | (3.612.153) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 3.805.799 | 7.417.952 |
| Caixa e seus equivalentes no final do período | 3.318.060 | 3.805.799 |

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| Demonstração de variações do Capital Próprio | Capital Social | Reservas de reavaliação | | | Outras Reservas | | | Resultados transitados | Resultado do Exercício | TOTAL |
|--|----------------|--|--|--------------------------------|-----------------|--------------------|-----------------|------------------------|------------------------|--------------------|
| | | Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | Reserva por impostos diferidos | Reserva Legal | Prêmios de emissão | Outras Reservas | | | |
| Balanco a 31 de Dezembro 2019 | 8.500.000 | 4.935.490 | 337.452 | (1.491.335) | 2.502.938 | 2.500.000 | 5.713.782 | 4.411.601 | 364.001 | 27.773.929 |
| Correcções de erros (IAS 8) | | | | | | | | | | |
| Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) | | | | | | | | | | - |
| Balanco de abertura alterado | 8.500.000 | 4.935.490 | 337.452 | (1.491.335) | 2.502.938 | 2.500.000 | 5.713.782 | 4.411.601 | 364.001 | 27.773.929 |
| Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | | 189.879 | | | | | | | | 189.879 |
| Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | | | (79.158) | | | | | | | (79.158) |
| Participação nos resultados a atribuir ("shadow") | | 124.484 | 21.341 | | | | | | | 145.825 |
| Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos | | | | 127.030 | | | | | | 127.030 |
| Aumento de reservas por aplicação de resultados | | | | | | | | | | - |
| Distribuição de reservas | | | | | 36.400 | | | | | 36.400 |
| Distribuição de lucros/prejuízos | | | | | | | | 327.601 | (364.001) | (36.400) |
| Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio | | | | | | | (43.529) | | | (43.529) |
| Total das variações do capital próprio | - | 314.363 | (57.817) | 127.030 | 36.400 | - | (43.529) | 327.601 | (364.001) | 340.047 |
| Resultado líquido do período | | | | | | | | | 191.301 | 191.301 |
| Distribuição antecipada de lucros | | | | | | | | | | |
| Balanco a 31 de Dezembro 2020 | 8.500.000 | 5.249.853 | 279.635 | (1.364.305) | 2.539.338 | 2.500.000 | 5.670.253 | 4.739.202 | 191.301 | 28.305.277 |
| Correcções de erros (IAS 8) | | | | | | | | | | |
| Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) | | | | | | | | | | - |
| Balanco de abertura alterado | 8.500.000 | 5.249.853 | 279.635 | (1.364.305) | 2.539.338 | 2.500.000 | 5.670.253 | 4.739.202 | 191.301 | 28.305.277 |
| Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | | (1.717.075) | | | | | | | | (1.717.075) |
| Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | | | (1.120) | | | | | | | (1.120) |
| Participação nos resultados a atribuir ("shadow") | | 65.546 | (286) | | | | | | | 65.260 |
| Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos | | | | 371.909 | | | | | | 371.909 |
| Aumento de reservas por aplicação de resultados | | | | | 19.130 | | | | | 19.130 |
| Distribuição de reservas | | | | | | | | | | - |
| Distribuição de lucros/prejuízos | | | | | | | | 172.171 | (191.301) | (19.130) |
| Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio | | | | | | | 61.740 | | | 61.740 |
| Total das variações do capital próprio | - | (1.651.529) | (1.406) | 371.909 | 19.130 | - | 61.740 | 172.171 | (191.301) | (1.219.286) |
| Resultado líquido do período | | | | | | | | | 76.757 | 76.757 |
| Distribuição antecipada de lucros | | | | | | | | | | |
| Balanco a 31 de Dezembro 2021 | 8.500.000 | 3.598.324 | 278.229 | (992.396) | 2.558.468 | 2.500.000 | 5.731.993 | 4.911.373 | 76.757 | 27.162.748 |



Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
 - NOTA 8 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 10 – Ativos sob Direito de Uso
 - NOTA 11 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 12 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 14 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 15 – Provisões Técnicas
 - NOTA 16 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
 - NOTA 17 – Outros Passivos Financeiros
 - NOTA 18 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 19 – Passivos de Locação
 - NOTA 20 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 21 – Capital Próprio e Reservas
 - NOTA 22 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 23 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 24 – Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 25 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

efeitos contabilísticos como contratos de investimento

- NOTA 26 – Custos com sinistros
- NOTA 27 – Variação das Provisões técnicas
- NOTA 28 – Custos e gastos de exploração
- NOTA 29 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 30 – Gastos Financeiros
- NOTA 31 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 32 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 33 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 34 – Outras Provisões
- NOTA 35 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 36 – Gastos diversos por função
- NOTA 37 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

I - INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o

redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados

pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, temos:

| RELATÓRIO POR SEGMENTOS | 2021 | | | 2020 | | |
|--|------------------|------------------------|-----------------------------|------------------|------------------------|-----------------------------|
| | Contratos Seguro | Contratos Investimento | Gestão de Fundos de Pensões | Contrato Seguros | Contrato Investimentos | Gestão de Fundos de Pensões |
| Prémios brutos emitidos | 30.373.739 | | | 29.967.506 | | |
| Prémios de resseguro cedido | (3.890.783) | | | (3.548.128) | | |
| Prémios brutos adquiridos | 30.339.072 | | | 29.894.798 | | |
| Comissões cobradas de contratos | - | 350.801 | 133.550 | - | 331.290 | 137.765 |
| Resultados dos investimentos | 2.942.522 | (1.318.102) | | 3.993.274 | (1.432.763) | |
| Custos com sinistros brutos | (25.851.806) | - | | (23.825.936) | - | |
| Custos de exploração brutos | (9.332.347) | (307.412) | (275.580) | (8.676.790) | (212.036) | (252.671) |
| Resultado técnico | 1.368.315 | (1.274.713) | (142.030) | 1.499.934 | (1.313.509) | (114.906) |
| Activos afectos à representação das provisões técnicas | 197.485.420 | 32.471.778 | | 203.232.029 | 28.878.516 | |
| Provisões técnicas | 163.796.352 | 32.471.778 | | 169.449.563 | 28.878.516 | |

Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, foi de EUR 12.277.030 (2020: EUR 9.658.897), o que corresponde a um aumento de 27,1 % (2020: aumento de 3,3%).

Deste modo, o volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi de EUR 42.650.769 (2020: EUR 39.626.403) registando-se assim um crescimento de 0,08% (2020: 1,65%).

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do

PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2021 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2021. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para

todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 29 de março de 2022.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de

janeiro de 2020 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor atual dos prémios futuros relativamente às apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cash-flows* futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(ii) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída para todos os seguros e operações em que existe uma garantia de taxa de juro, e

quando se verifica que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações, que se encontram a representar as provisões matemáticas dessa carteira, é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo dessas mesmas provisões.

(iii) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

De acordo com o disposto no Decreto-lei nº94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* por cada contrato em vigor.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(iv) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (*IBNR*).

(v) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos

rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

(vi) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(vii) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de

Ativos financeiros

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) ativos que são designados como disponíveis para venda no

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

momento do seu reconhecimento inicial, e (iii) ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com

pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o

justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos ativos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida:

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma

nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumulada.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes,

com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de

obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de

crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os

montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de

seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda

estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registradas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos

e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para

refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Locações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as

estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O

Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras

f) Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação

da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões

exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação

adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2021, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comitês específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura

face ao ano transato. Nestes comitês participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;

- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

Neste âmbito a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de

um planeamento estratégico a médio prazo com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A define a elaboração anual do plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

3.1 Políticas de subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no manual de Subscrição. As normas de aceitação são revistas sempre que necessário,

de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis: idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros. A VICTORIA Vida dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

3.2 Tarifação

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pela área do atuariado e departamento técnico. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias mais antigas que se atualizaram para pressupostos mais prudentes.

A adequação das provisões às responsabilidades assumidas é revista numa

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

base anual através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (*Loss Adequacy Test - LAT*). Em 2021, este teste foi efetuado com a projeção dos *cash-flows* futuros esperados, os quais foram descontados com as diferentes curvas de taxas de juro associadas às carteiras de ativos que cobrem as respetivas responsabilidades. Os resultados apurados foram imediatamente reconhecidos e registados contabilisticamente.

Nesse sentido, o valor apurado em 2021 para a provisão para compromisso de taxa foi de EUR 10.477.253 (2020: EUR 12.137.216), o que representa um decréscimo de EUR 1.659.963.

3.4 Resseguro

A VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira. Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro, proporcionais e não proporcionais, resumidos no quadro seguinte:

| Ramo | Tipo de Resseguro |
|-------------------------------------|-------------------|
| Vida Individual | Proporcional |
| Vida Grupo | Proporcional |
| Vida Individual/Grupo (Catástrofes) | Não Proporcional |

Como membro do *International Group Program* (IGP), a VICTORIA mantém ainda um acordo de resseguro com a seguradora *John Hancock* (gestor do IGP).

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

| Ramo | Prémios 2021 | | | | Prémios 2020 | | | |
|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------|
| | Seguro Directo | Resseguro Cedido | Total liq. Resseguro | Tx de Cedência | Seguro Directo | Resseguro Cedido | Total liq. Resseguro | Tx de Cedência |
| Vida Individual | 14.411.362 | 1.312.200 | 13.099.162 | 9,11% | 13.187.824 | 1.104.744 | 12.083.081 | 8,38% |
| Vida Grupo | 15.962.377 | 2.578.583 | 13.383.795 | 16,15% | 16.779.682 | 2.443.384 | 14.336.298 | 14,56% |
| TOTAL | 30.373.739 | 3.890.783 | 26.482.957 | 12,81% | 29.967.506 | 3.548.128 | 26.419.378 | 11,84% |

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

| Resseguro cedido Vida | 2021 | 2020 | Var 21/20 |
|------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Resultado | -658.500 | -554.774 | 18,70% |
| Prémios adquiridos cedidos | -3.890.783 | -3.548.128 | 9,66% |
| Comissões + Part. Resultados | 1.795.491 | 2.773.378 | -35,26% |
| Custos com Sinistros | 1.436.791 | 219.976 | 553,16% |

3.5 Riscos de Prémios

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez. A exposição de cada a contrato a cada um destes riscos depende da natureza do produto.

A carteira de Vida, com exposição a este risco, mantém-se essencialmente composta por seguros mistos e de risco com uma componente significativa de seguros complementares de invalidez. Por esta razão, apresenta uma maior exposição nestes produtos aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A análise deste risco é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade e invalidez baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado, aferindo-se assim a existência da necessidade ou não de uma revisão das respetivas bases técnicas.

3.6 Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à resolução dos contratos antes do termo acordado ou à cessação do pagamento de prémios, através por exemplo de resgate, anulação ou redução de apólices.

A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, quer pela Direção Técnica Pessoais, como pela área de Gestão de Riscos, Atuariado e Resseguro. Em particular, é efetuado um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

3.7 Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

Relativamente a este risco, mantém-se o acompanhamento mensal da evolução das despesas, bem como a análise do indicador do respetivo peso relativamente aos prémios brutos emitidos.

3.8 Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos significativos na mortalidade. A VICTORIA mitiga a sua exposição a este risco através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo mitigar o risco de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro

usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2021 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

| Títulos | 2021 | 2020 | Var % |
|--|--------------------|--------------------|-----------------|
| Nacionais | 9.070.042 | 9.735.215 | -6,8% |
| Títulos de Rendimento Fixo | 9.001.952 | 9.734.624 | -7,5% |
| De Dívida Pública | 9.001.952 | 9.734.624 | -7,5% |
| Títulos de Rendimento Variável | 68.090 | 591 | 11421,2% |
| Partes de Capital em Associadas | 591 | 591 | 0,0% |
| Unidades de Participação em fundos de investimento | 67.499 | - | n.a. |
| Estrangeiros | 171.255.348 | 172.727.978 | -0,9% |
| Títulos de Rendimento Fixo | 138.270.325 | 142.233.604 | -2,8% |
| De Dívida Pública | 27.697.114 | 27.868.467 | -0,6% |
| De Outros Emissores Públicos | 12.260.824 | 16.442.961 | -25,4% |
| De Outros Emissores | 98.312.387 | 97.922.176 | 0,4% |
| Títulos de Rendimento Variável | 32.985.023 | 30.494.374 | 8,2% |
| Ações cotadas | 115.072 | 111.715 | 3,0% |
| Unidades de Participação em fundos de investimento | 32.869.951 | 30.382.659 | 8,2% |
| Total | 180.325.389 | 182.463.193 | -1,2% |

O Risco de Mercado é composto pelos pontos que se apresentam de seguida.

4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos é de médio e longo prazo, o risco de *mismatching* assume especial relevo, efetuando neste ponto a VICTORIA um acompanhamento periódico dos ativos afetos às responsabilidades.

Em dezembro de 2021 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 116,5% (2020: 116,6%).

| Carteira | Ativos | Prov. Matemática Não Zillmerizada | Cobertura |
|---------------------------|----------------|-----------------------------------|-------------|
| Groupe A | 65.761 | 55.193 | 119% |
| Groupe B | 67.139 | 49.185 | 137% |
| Groupe C | 1.945 | 1.449 | 134% |
| Groupe D | 1.681 | 1.479 | 114% |
| VVI | 51.418 | 49.515 | 104% |
| Confiança PPR | 5.114 | 4.873 | 105% |
| Novo Valor PPR | 2.302 | 2.295 | 100% |
| Sub-Total VIDA | 195.361 | 163.989 | 119% |
| VRV | 4.093 | 4.093 | 100% |
| Maximização | 441 | 441 | 100% |
| Invest | 564 | 564 | 100% |
| VZ | 3.380 | 3.380 | 100% |
| V+ | 5.403 | 5.403 | 100% |
| Bluecrow | 297 | 297 | 100% |
| Lifeplan | 13.476 | 13.476 | 100% |
| VGR | 347 | 347 | 100% |
| VGV | 1.912 | 1.912 | 100% |
| CI SPR | 2.514 | 2.558 | 98% |
| Sub-Total ULs | 32.428 | 32.472 | 100% |
| Total Vida Afectos | 227.788 | 196.460 | 116% |
| Livres | 1.115 | n.a. | 0% |
| TOTAL VIDA | 228.904 | 196.460 | 117% |

(un: milhares e euros)

4.1.2 Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades,

podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

| Maturidades | 2021 | % | 2020 | % |
|---|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| <1 ano | 29 993 668 | 16,0% | 26 074 924 | 13,7% |
| 1 a 2 anos | 31 068 047 | 16,5% | 24 835 080 | 13,1% |
| 3 a 5 anos | 62 252 417 | 33,1% | 73 012 235 | 38,4% |
| 6 a 10 anos | 28 908 017 | 15,4% | 34 301 931 | 18,0% |
| > 10 anos | 2 768 571 | 1,5% | 1 543 134 | 0,8% |
| Instrumentos Representativos de Capital | 33 053 112 | 17,6% | 30 494 964 | 16,0% |
| Total Geral | 188 043 832 | 100,0% | 190 262 268 | 100,0% |

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2022, a Companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 21 milhões de euros. Os ativos financeiros

existentes no final de 2021 quer através de amortizações de títulos, quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa de 31,6 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 10 milhões de euros.

| Análise ALM para Cash-Flows em 2022 | |
|---|---------------------|
| Cash-flows do Activo | 32.553.690 |
| Amortizações | 30.200.000 |
| Juros | 2.353.690 |
| Cash-flows do Passivo | (21.831.614) |
| Prémios (negócio existente) | 16.689.443 |
| Reembolsos | (30.158.284) |
| Outros CF negativos | (8.362.773) |
| Mismatch Cash-flows activo / passivo | 10.722.076 |

A gestão de tesouraria é efetuada com a preocupação de minimizar os saldos em instituições bancárias e garantir simultaneamente que a Companhia assegura o cumprimento atempado de todos os seus compromissos. O montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo manteve-se estável em torno dos 3 milhões de euros: a 31 de dezembro o montante ascendia a 3,3 milhões de euros (1,4% dos ativos totais).

Em 2021 verificou-se o retomar da atividade económica, apesar do abrandamento dos efeitos da pandemia, impulsionado pelos incentivos de política monetária e económica

introduzidos um pouco por todo o mundo. Não obstante, a gestão manteve o pendor prudente na estratégia de investimento. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública manteve-se como um ativo importante: no final do exercício a exposição era de 36,7 milhões de euros (2020: 37,6) que correspondem a 20,4% da carteira de ativos (2019: 20,6%). Refira-se que esta exposição se concentra essencialmente em países de menor risco, nomeadamente Alemanha, Holanda, Áustria e França (73% do total).

É ainda de referir que a VICTORIA como instrumento privilegiado de gestão de liquidez,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

detém aplicações em fundos de mercado monetário no montante de 16,8 milhões de euros (9,3% da carteira).

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de Investimentos.

Estão implementados os seguintes indicadores:

- *Net loss limit*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira

de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- *Risk-based capital*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.2 Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

| Rating Médio | 2021 | % | 2020 | % |
|---|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| AAA | 12 776 500 | 6,8% | 17 718 479 | 9,3% |
| AA | 22 562 947 | 12,0% | 26 783 415 | 14,1% |
| A | 48 245 392 | 25,7% | 47 610 167 | 25,0% |
| BBB | 40 202 525 | 21,4% | 44 474 060 | 23,4% |
| BB | 5 672 072 | 3,0% | 1 784 803 | 0,9% |
| B | | 0,0% | - | 0,0% |
| CCC | | 0,0% | | 0,0% |
| NR | 25 598 782 | 13,6% | 21 396 380 | 11,2% |
| Instrumentos Representativos de Capital | 32 985 614 | 17,5% | 30 494 964 | 16,0% |
| Total | 188 043 832 | 100,0% | 190 262 268 | 100,0% |

Em 2021 o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: Cerca de 65,8% da carteira possui qualidade de *investment grade*, face a 71,8% em 2020. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos reduziu-se para 9,0milhões de euros (2020: 9,9) o que corresponde a 5,0% da carteira de investimentos e composta exclusivamente por dívida emitida por Portugal.

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da

evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 100% para o montante dos restantes saldos em dívida;
- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3. Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios endentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

| Indicadores de Cobrança | 2021 | 2020 | Var. |
|--|------------|------------|----------|
| Total de prémios Brutos Emitidos | 30.373.739 | 29.967.506 | 406.233 |
| Pendentes/PBES | 2,0% | 1,8% | |
| Total de Prémios pendentes com mais de 3 meses | 170.526 | 107.129 | 63.397 |
| Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes | 28,0% | 19,7% | |
| Provisão para recibos por cobrar | 33.504 | 88.554 | (55.050) |
| Provisão para recibos por cobrar / Total pendentes | 5,5% | 16,2% | |

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos teve um ligeiro crescimento para 30,3 milhões de euros (2020: 29,9), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” registado um rácio de 2% face ao ano transato que registou 1,8%. A antiguidade dos prémios por cobrar reflete igualmente a evolução do indicador de cobranças, em que o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses é de 170.526 EUR (2020: 107.129 EUR). O valor provisionado para prémios por cobrar é de 33.504 EUR (2020: 88.554 EUR).

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2021, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro. Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas

de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das

empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios:

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| SCR | 22.039.343 | 22.314.341 |
| Rácio de Cobertura SCR | 151,8% | 139,7% |
| MCR | 8.845.380 | 8.907.644 |
| Rácio de Cobertura MCR | 341,8% | 306,2% |
| Fundos Próprios Elegíveis SCR | 33.466.060 | 31.183.633 |
| Fundos Próprios Elegíveis MCR | 30.235.136 | 27.272.154 |

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2021 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

- Manutenção do desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do Grupo;
- Atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do registo de incidentes/perdas, na ferramenta eFront, incluindo a avaliação dos riscos e controlos associados;
- Análise das anomalias reportadas relativas aos sistemas centrais;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias.
- Realização do Upgrade tecnológico da ferramenta eFront.
- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;
- Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função mantém-se integrada na área do Jurídico e visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2021 consubstanciam-se nos seguintes procedimentos:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

- inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;
 - Registo e controlo de incidentes de conformidade na aplicação de gestão de risco operacional (e-Front);
 - Comunicação ao IMPIC do Responsável pelo Cumprimento Normativo;
 - Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
 - Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas;
 - Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;
 - Acompanhamento do Projeto Informático para implementação do processo de avaliação de Risco PBC/FT nos sistemas operacionais da VICTORIA;
 - Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

| | 2021 | 2020 |
|----------------------|------------------|------------------|
| CAIXA E EQUIVALENTES | 4.676 | 4.552 |
| DEPÓSITOS À ORDEM | 3.313.384 | 3.801.247 |
| | 3.318.060 | 3.805.799 |

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à

Ordem encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 4.414. A existência destes saldos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

| Edifício | Última avaliação | Valor aquisição | Valor de avaliação | Varição Justo Valor | Vida útil |
|--|------------------|-------------------|--------------------|---------------------|-----------|
| R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras | 2021 | 269 410 | 157 000 | (87 824) | 80 |
| R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto | 2021 | 152 931 | 191 000 | (26 863) | 61 |
| Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro | 2021 | 288 999 | 326 000 | 54 943 | 70 |
| Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu | 2021 | 389 122 | 226 000 | (51 149) | 80 |
| Av. da Liberdade 200 – Lisboa | 2021 | 25 769 867 | 36 903 813 | 11 901 431 | 98 |
| Av. D João II 46 A e B - Setúbal | 2021 | 331 976 | 193 800 | (89 818) | 79 |
| Av. Bernardo Santarém, 37B - Santarém | 2021 | 362 297 | 204 200 | (157 614) | 90 |
| Total | | 27 564 602 | 38 201 813 | 11 543 106 | |

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

| Terrenos e Edifícios Uso Próprio | Saldo Inicial | | Aquisições / Transfª | Reavaliações | Alienações / Transfª | Amortizações | Saldo final |
|--|-------------------|--------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|---------------|-------------------|
| | Valor Bruto | Amortizações | | | | | |
| Terrenos | 263.332 | | | (4.069) | | | 259.263 |
| Edifícios | 860.368 | - | | (7.109) | | 10.965 | 842.294 |
| Total | 1.123.700 | - | - | (11.178) | - | 10.965 | 1.101.557 |
| Terrenos e Edifícios Rendimento | | | | | | | |
| Terrenos | 13.876.530 | | | 600 | | | 13.877.130 |
| Edifícios | 23.215.283 | | | 2.400 | | | 23.217.683 |
| Total | 37.091.813 | - | - | 3.000 | - | - | 37.094.813 |
| Terrenos e Edifícios | 38.215.513 | - | - | (8.178) | - | 10.965 | 38.196.370 |

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram consideradas as avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito.

Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, as avaliações realizadas nos últimos

anos têm registado sucessivas valorizações (Euros 37.430.000 em 2020; Euros 38.800.000 em 2019; Euros 31.800.000 em 2018). Em 2019, por critério de prudência, a Companhia determinou que a variação da yield implícita na avaliação do imóvel não poderia exceder a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

variação nas yields do mercado de dívida soberana, de onde resultou o justo valor registado de Euros 36.903.814.

O valor resultante da avaliação efetuada em 2021 foi de Euros 37.093.000, e tendo por base o facto de ainda nos encontrarmos num cenário de elevada incerteza, que no caso do mercado imobiliário, em particular no mercado

de escritórios se traduz num abrandamento significativo da atividade, foi decidido, sustentado no critério de prudência anterior, não efetuar qualquer alteração do justo valor atribuído e registado em Euros 36.903.814.

Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas

descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 19.196.000 (2020: Euros 19.309.000).

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|----------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------|
| | Custo aquisição amortizado | Valias não realizadas | Valor Balanço | Custo aquisição amortizado | Valias não realizadas | Valor Balanço |
| Instrumentos de capital e Unid Participação | 15.303.797 | 152.646 | 15.456.443 | 10.246.715 | 308.535 | 10.555.250 |
| Títulos de Dívida | 17.177.062 | (285.619) | 16.891.443 | 17.558.477 | (12.981) | 17.545.496 |
| Dívida Pública | 4.948.171 | (102.139) | 4.846.032 | 4.358.761 | (21.216) | 4.337.545 |
| De Outros Emissores Públicos | 924.365 | (8.429) | 915.936 | 1.339.085 | (12.128) | 1.326.957 |
| De Outros Emissores | 11.191.610 | (175.051) | 11.016.559 | 11.735.807 | 20.363 | 11.756.170 |
| Juros a receber | 112.916 | | 112.916 | 124.824 | | 124.824 |
| Total | 32.480.859 | (132.973) | 32.347.886 | 27.805.192 | 295.554 | 28.100.746 |

Em 31 de dezembro de 2021 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observáveis

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis

| Sector | 2021 | | | | | 2020 | | | | |
|------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------|-------------|-------------------|-------------------|------------------|----------|
| | % | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | % | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Bens Consumo, Cíclicas | 5,4% | 1.754.114 | 1.754.114 | | | 5,0% | 1.391.518 | 1.391.518 | | |
| Bens Consumo, Não Cíclicas | 5,5% | 1.779.223 | 1.779.223 | | | 6,5% | 1.819.208 | 1.819.208 | | |
| Industrial e Matérias Primas | 1,5% | 498.998 | 498.998 | | | 2,5% | 705.910 | 705.910 | | |
| Comunicações e Tecnologia | 6,6% | 2.144.399 | 2.144.399 | | | 9,2% | 2.593.223 | 2.593.223 | | |
| Utilities | 2,0% | 631.218 | 631.218 | | | 3,8% | 1.057.907 | 1.057.907 | | |
| Energia | 3,3% | 1.082.590 | 1.082.590 | | | 4,4% | 1.227.138 | 1.227.138 | | |
| Serviços | 0,0% | - | | | | 0,0% | - | | | |
| Financeiro | 12,8% | 4.142.187 | 4.142.187 | | | 14,2% | 3.991.280 | 3.991.280 | | |
| Dívida Soberana | 15,4% | 4.973.786 | 4.973.786 | | | 17,3% | 4.871.027 | 4.871.027 | | |
| Fundo Acções | 23,0% | 7.434.682 | | 7.434.682 | | 5,8% | 1.631.720 | | 1.631.720 | |
| Fundo Imobiliário | 0,0% | - | | | | 0,0% | - | | | |
| Fundo Commodities | 0,2% | 67.499 | | 67.499 | | 1,3% | 362.931 | 362.931 | | |
| Fundo Obrigações | 24,2% | 7.839.190 | | 7.839.190 | | 30,1% | 8.448.884 | 8.448.884 | | |
| Total Geral | 100% | 32.347.886 | 17.006.515 | 15.341.371 | - | 100% | 28.100.746 | 26.469.026 | 1.631.720 | - |

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

| | 2021 | | | | 2020 | | | |
|---|----------------------------|----------------|-------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------|-------------------------|--------------------|
| | Custo aquisição amortizado | Imparidade | Reservas de Justo Valor | Valor Balanço | Custo aquisição amortizado | Imparidade | Reservas de Justo Valor | Valor Balanço |
| Instrumentos de capital e Unid Participação | 16.625.243 | (7.664) | 978.499 | 17.596.078 | 19.573.653 | (15.285) | 380.755 | 19.939.123 |
| Títulos de Dívida | 121.903.275 | - | 2.774.606 | 124.677.881 | 123.641.324 | - | 5.089.425 | 128.730.749 |
| Dívida Pública | 25.062.463 | | 602.744 | 25.665.207 | 25.634.321 | | 1.350.511 | 26.984.832 |
| De Outros Emissores Públicos | 11.079.395 | | 168.982 | 11.248.377 | 14.385.813 | | 319.267 | 14.705.080 |
| De Outros Emissores | 84.737.444 | | 2.002.880 | 86.740.324 | 82.427.181 | | 3.419.647 | 85.846.828 |
| Juros a receber | 1.023.973 | | | 1.023.973 | 1.194.009 | | | 1.194.009 |
| Total | 138.528.518 | (7.664) | 3.753.105 | 142.273.959 | 143.214.977 | (15.285) | 5.470.180 | 148.669.872 |

Dos quais:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| Sectores | 2021 | | | | | 2020 | | | | |
|------------------------------|-------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------|-------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------|
| | % | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | % | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Bens Consumo, Cíclicas | 10,9% | 15.568.321 | 15.568.321 | | | 10,1% | 15.066.631 | 15.066.631 | | |
| Bens Consumo, Não Cíclicas | 10,5% | 14.908.328 | 14.908.328 | | | 9,5% | 14.144.453 | 14.144.453 | | |
| Industrial e Matérias Primas | 7,2% | 10.311.409 | 10.311.409 | | | 6,8% | 10.068.721 | 10.068.721 | | |
| Comunicações e Tecnologia | 9,1% | 12.884.121 | 12.884.121 | | | 9,1% | 13.459.753 | 13.459.753 | | |
| Utilities | 3,9% | 5.569.257 | 5.569.257 | | | 4,1% | 6.105.247 | 6.105.247 | | |
| Energia | 1,4% | 2.028.293 | 2.028.293 | | | 1,5% | 2.288.644 | 2.288.644 | | |
| Financeiro | 23,6% | 33.593.743 | 33.593.743 | | | 22,2% | 33.053.994 | 33.053.994 | | |
| Serviços | 0,0% | - | | | | 0,0% | - | | | |
| Dívida Soberana | 21,0% | 29.814.408 | 29.814.408 | | | 23,2% | 34.543.306 | 34.543.306 | | |
| Fundo Imobiliário | 0,0% | 10.881 | | 10.881 | | 0,0% | 12.098 | | 12.098 | |
| Fundo Ações | 1,8% | 2.546.328 | | 2.546.328 | | 1,3% | 1.947.983 | | 1.947.983 | |
| Fundo Obrigações | 10,6% | 15.028.392 | | 15.028.392 | | 12,1% | 17.979.042 | | 17.979.042 | |
| Fundo Outros | 0,0% | 10.478 | | 10.478 | | | | | | |
| Total Geral | 100% | 142.273.959 | 124.677.880 | 17.596.079 | | 100% | 148.669.872 | 128.730.749 | 19.939.123 | |

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 6 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica é analisada do seguinte modo:

| | 2021 | 2020 |
|------------------------|------------------|------------------|
| Empréstimos concedidos | 7 718 444 | 7 753 637 |
| Emp. Hipotecários | - | - |
| Emp. S/ apólices | 108 960 | 144 021 |
| Outros Empréstimos | 7 592 042 | 7 592 042 |
| Juros a receber | 17 442 | 17 574 |
| Contas a receber | - | 45 438 |
| Total | 7 718 444 | 7 799 075 |

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

NOTA 7 – INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

| | 2021 | | 2020 | |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Justo Valor | Valor de Balanço | Justo Valor | Valor de Balanço |
| Títulos de Dívida | 6.518.707 | 5.702.952 | 6.732.226 | 5.691.984 |
| Dívida Pública | 6.463.475 | 5.647.720 | 6.676.994 | 5.636.752 |
| De Outros Emissores Públicos | | | | |
| De Outros Emissores | | | | |
| Acréscimos de Juros | 55.232 | 55.232 | 55.232 | 55.232 |
| Total | 6.518.707 | 5.702.952 | 6.732.226 | 5.691.984 |

No decurso de 2021 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento. Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de

investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a Companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 8 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A 31 de dezembro de 2021 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

| | 2021 | | | | TOTAL |
|--|---|--------------------------------------|---|------------------|--------------------|
| | Seguros de Vida com Participação Resultados | Seguros de Vida sem Participação nos | Seguros de Vida classificados como contrato | Não Afectos | |
| Caixa e equivalentes | 371 165 | 2 206 967 | 123 893 | 616 035 | 3 318 060 |
| Terrenos e Edifícios | 20 080 773 | 17 015 969 | | 1 099 628 | 38 196 370 |
| Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos | | | | 591 | 591 |
| reconhecimento inicial a justo valor por resultados | - | - | 32 347 886 | - | 32 347 886 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | | | 15 456 443 | | 15 456 443 |
| Títulos de Dívida | | | 16 891 443 | | 16 891 443 |
| Activos disponíveis para venda | 93 996 007 | 48 267 475 | - | 10 477 | 142 273 959 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | 8 338 816 | 9 246 785 | | 10 477 | 17 596 078 |
| Títulos de Dívida | 85 657 191 | 39 020 690 | | | 124 677 881 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 3 751 771 | 1 951 181 | | | 5 702 952 |
| Títulos de Dívida | 3 751 771 | 1 951 181 | | | 5 702 952 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | 7 718 444 | - | - | - | 7 718 444 |
| Depósitos a Prazo | | | | | - |
| Empréstimos concedidos | 7 718 444 | | | | 7 718 444 |
| Conta a receber | | | | | - |
| TOTAL | 125 918 160 | 69 441 592 | 32 471 779 | 1 726 731 | 229 558 262 |

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

| | 2020 | | | | | TOTAL |
|--|---|---|--|------------------|--|--------------------|
| | Seguros de Vida com Participação Resultados | Seguros de Vida com Participação nos Resultados | Seguros de Vida classificados com contrato de investimento | Não Afectos | | |
| Caixa e equivalentes | 693.105 | 1.838.266 | 740.775 | 533.653 | | 3.805.799 |
| Terrenos e Edifícios | 20.085.744 | 17.015.969 | | 1.113.800 | | 38.215.513 |
| Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos | | | | 591 | | 591 |
| Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados | - | - | 28.100.746 | - | | 28.100.746 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | | | 10.555.250 | | | 10.555.250 |
| Títulos de Dívida | | | 17.545.496 | | | 17.545.496 |
| Activos disponíveis para venda | 99.910.453 | 48.759.419 | - | - | | 148.669.872 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | 10.311.711 | 9.627.413 | | | | 19.939.123 |
| Títulos de Dívida | 89.598.742 | 39.132.006 | | | | 128.730.749 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 3.744.417 | 1.947.567 | | | | 5.691.984 |
| Títulos de Dívida | 3.744.417 | 1.947.567 | | | | 5.691.984 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | 7.753.637 | - | 36.995 | 8.443 | | 7.799.075 |
| Depósitos a Prazo | | | | - | | - |
| Empréstimos concedidos | 7.753.637 | | | | | 7.753.637 |
| Conta a receber | | | 36.995 | 8.443 | | 45.438 |
| TOTAL | 132.187.356 | 69.561.221 | 28.878.516 | 1.656.487 | | 232.283.580 |

NOTA 9 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A 31 de dezembro de 2021 os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

| OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS | Saldo Inicial | | Aumentos | | Transferências e abates | Alienações | Amortizações do exercício | | Saldo Final valor líquido |
|-----------------------------|------------------|--------------------|----------------|--------------|-------------------------|------------|---------------------------|----------------|---------------------------|
| | Valor Bruto | Amortizações | Aquisições | Reavaliações | | | Reforço | Regularizações | |
| EQUIPAMENTO | | | | | | | | | |
| Equipamento administrativo | 1.644.825 | (1.612.444) | 437 | | (296.179) | | (6.295) | 296.179 | 26.523 |
| Máquinas e ferramentas | 216.708 | (213.532) | | | (81.554) | | (611) | 81.554 | 2.565 |
| Equipamento informático | 1.320.685 | (1.038.887) | 181.295 | | (3.406) | | (95.713) | 3.406 | 367.380 |
| Instalações interiores | 900.152 | (611.625) | 96.212 | | (372.693) | | (54.196) | 372.693 | 330.543 |
| Outro Equipamento | 839.409 | (839.409) | | | | | | | - |
| Sub-Total | 4.921.779 | (4.315.897) | 277.944 | | (753.832) | - | (156.815) | 753.832 | 727.011 |
| PATRIMÓNIO ARTÍSTICO | 46.487 | | | | | | | | 46.487 |
| TOTAL | 4.968.266 | (4.315.897) | 277.944 | - | (753.832) | - | (156.815) | 753.832 | 773.498 |

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 10 – ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia a 31 de dezembro de 2021, os ativos sob direito de uso estão classificados da seguinte forma:

| ATIVOS SOB DIREITO USO | Saldo Inicial | Entradas/ Ajustes | Saídas/ Ajustes | Amortizações | Saldo Final | Juros Suportados |
|-------------------------------------|----------------|----------------------|--------------------|------------------|----------------|------------------|
| Terrenos e Edifícios de uso próprio | | | | | | |
| Contratos de arrendamento | 758.429 | | (1.918) | (379.214) | 377.297 | (46.706) |
| Ativos tangíveis | | | | | | |
| Viaturas | 173.240 | 14.185 | | (65.044) | 122.381 | (14.418) |
| Total | 931.669 | 14.185 | (1.918) | (444.258) | 499.678 | (61.124) |

A componente variável destes contratos totalizou 31.592 Euros (2020: 28.256 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A 31 de dezembro de 2021 a análise é efetuada através do seguinte quadro:

| OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS | Saldo Inicial | | Aumentos | | Transferências e abates | Alienações | Amortizações do exercício | | Saldo Final (valor líquido) |
|----------------------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------|-------------------------|------------|---------------------------|----------------|-----------------------------|
| | Valor Bruto | Amortizações | Aquisições | Reavaliação | | | Reforço | Regularizações | |
| Despesas Aplicações Informáticas | 10 013 471 | (8 014 086) | 18 170 | | 821 823 | | (757 556) | | 2 081 822 |
| Activos intangíveis em curso | 1 089 375 | - | 1 108 342 | | (963 001) | | | | 1 234 716 |
| Outros | - | - | | | | | | | - |
| TOTAL | 11 102 846 | (8 014 086) | 1 126 512 | - | (141 178) | - | (757 556) | - | 3 316 538 |

NOTA 12 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como se segue:

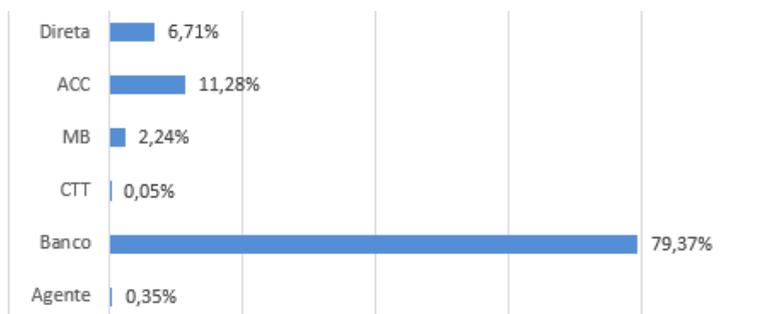
Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Tomadores de Seguros | 675.702 | 911.822 |
| Mediadores de Seguros | 46.297 | 169.057 |
| Imparidade | (50.957) | (117.087) |
| Sub-Total | 671.042 | 963.792 |
| Resseguradores | 169.824 | 687.729 |
| Imparidade | (57.584) | (74.227) |
| Sub-Total | 112.240 | 613.502 |
| Outros Devedores | 2.326.283 | 2.567.026 |
| Imparidade | (64.069) | (68.120) |
| Sub-Total | 2.262.214 | 2.498.906 |
| TOTAL | 3.045.496 | 4.076.200 |

A Companhia tem vindo a efetuar um esforço no desenvolvimento ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e com o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a

alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de DD e SEPA.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:



A imparidade registada na rubrica Devedores por operações de seguro direto, respeita essencialmente a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 170.526 (2020: Euros 106.504).

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 2.020.246 (2020: Euros 2.059.739).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2021 e 2020 são como segue:

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Benefícios de pós emprego | 1.008.410 | 968.324 |
| Outros Benefícios de longo prazo | (132.009) | (119.734) |
| | 876.401 | 848.590 |

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor

até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2021 e 2020, são como segue:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------|---------|
| | Pensões | Pensões |
| Responsabilidade por benefícios | 624.874 | 599.449 |
| Justo valor dos activos do fundo | 624.874 | 599.449 |
| Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço | - | - |

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | 2021 | 2020 |
|---|----------------|----------------|
| Ativos do Plano a 01 de janeiro | 599.449 | 551.524 |
| Contribuições do empregador | 51.469 | 50.777 |
| Rendimentos e Ganhos financeiros Líquidos | 15.614 | 18.707 |
| Benefícios pagos | (32.633) | (12.893) |
| Perdas financeiras | (6.055) | (5.074) |
| Outras receitas/encargos | (2.970) | (3.592) |
| Ativos do Plano a 31 de dezembro | 624.874 | 599.449 |

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2021 foi de 1,2% (1,3% em 2020).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido, tem as seguintes características:

| | Número | Pensão anual | Pensão média anual | Idade média |
|---------------|--------|--------------|--------------------|-------------|
| Beneficiários | 3 | 2.801 € | 933 € | 75 |

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2021 e 2020, são como segue:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|--|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|
| | Pensões | Outros | Total | Pensões | Outros | Total |
| Responsabilidade por benefícios | 44.394 | 1.061.980 | 1.106.374 | 49.968 | 1.127.025 | 1.176.993 |
| Justo valor dos activos do fundo | 1.028.566 | 954.209 | 1.982.775 | 1.015.912 | 1.009.671 | 2.025.583 |
| Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço | 984.172 | (107.771) | 876.401 | 965.944 | (117.354) | 848.590 |

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---------------|------------------|------------------|---------------|------------------|------------------|
| | Pensões | Outros | Total | Pensões | Outros | Total |
| Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro | 49.968 | 1.127.025 | 1.176.993 | 50.759 | 1.121.393 | 1.172.152 |
| Custo do serviço corrente | | 12.275 | 12.275 | | | - |
| Custo de juros | 198 | 4.473 | 4.671 | 502 | 9.627 | 10.129 |
| (Ganhos) e perdas actuariais | (2.971) | (22.657) | (25.628) | 1.506 | 58.232 | 59.738 |
| Benefícios passados não reconhecidos | - | - | - | - | - | - |
| Redução de benefícios por via de saídas antecipadas | - | - | - | - | (5.050) | (5.050) |
| Benefícios pagos | (2.801) | (59.136) | (61.937) | (2.799) | (57.177) | (59.976) |
| Redução por alteração do Plano-CCT | - | - | - | - | - | - |
| Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro | 44.394 | 1.061.980 | 1.106.374 | 49.968 | 1.127.025 | 1.176.993 |

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisada como se segue:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Fundo | Outros | Total | Fundo | Outros | Total |
| Activos do plano em 01 de Janeiro | 1.015.912 | 1.009.671 | 2.025.583 | 1.000.478 | 1.004.956 | 2.005.434 |
| Retorno esperado dos activos | (3.454) | (13.529) | (16.983) | 9.204 | (704) | 8.500 |
| Ganhos e (perdas) actuariais | 18.909 | 17.203 | 36.112 | 9.029 | 7.180 | 16.209 |
| Contribuições do empregador | | - | - | | 55.416 | 55.416 |
| Benefícios pagos | (2.801) | (59.136) | (61.937) | (2.799) | (57.177) | (59.976) |
| Redução por alteração do Plano-CCT | | | - | | | - |
| Activos do plano em 31 de Dezembro | 1.028.566 | 954.209 | 1.982.775 | 1.015.912 | 1.009.671 | 2.025.583 |

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2021 foi de 1,6% (1,1% em 2020).

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são como segue:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|--------------|---------------|---------------|----------------|--------------|----------------|
| | Pensões | Outros | Total | Pensões | Outros | Total |
| Custo do serviço corrente | | 12.275 | 12.275 | | - | - |
| Custo de juros | 198 | 4.472 | 4.670 | 501 | 9.627 | 10.128 |
| Retorno esperado dos activos | 3.454 | 13.530 | 16.984 | (9.204) | 704 | (8.500) |
| Benefícios passados não reconhecidos | | | - | | | - |
| Redução de benefícios por via de saídas antecipadas | | - | - | | (5.050) | (5.050) |
| Ganhos e perdas actuariais | | | - | | | - |
| Total do custo do ano | 3.652 | 30.277 | 33.929 | (8.703) | 5.281 | (3.422) |

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

| | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| Fundos de Investimento Imobiliários | 0,00% | - | 0,00% | - |
| Fundos de Investimento em Ações | 10,80% | 111.111 | 8,55% | 86.867 |
| Fundos de Investimento em Obrigações | 67,08% | 689.929 | 66,66% | 677.176 |
| Obrigações de Taxa Variável | 4,45% | 45.721 | 4,50% | 45.739 |
| Obrigações de Taxa Fixa | 14,94% | 153.677 | 15,44% | 156.904 |
| Mercado Monetário | 2,73% | 28.128 | 4,85% | 49.226 |
| Total | 100,00% | 1.028.566 | 100,00% | 1.015.912 |

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 15.454 e do Fundo de Multireforma foi de Euros 3.674.

Os ganhos e perdas atuariais em 2021 e 2020 são analisados como segue:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|--|----------------|------------------|------------------|---------------|------------------|------------------|
| | Pensões | Outros | Total | Pensões | Outros | Total |
| Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro | 84.025 | (307.606) | (223.581) | 76.502 | (256.554) | (180.052) |
| Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades | 2.971 | 22.657 | 25.628 | (1.506) | (58.232) | (59.738) |
| Ganhos e (perdas) actuariais do fundo | 18.909 | 17.203 | 36.112 | 9.029 | 7.180 | 16.209 |
| Redução por alteração do Plano-CCT | | | - | | | - |
| Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro | 105.905 | (267.746) | (161.841) | 84.025 | (307.606) | (223.581) |

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------|----------|
| Tábuas de mortalidade | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Número de pagamentos das pensões por ano | 14 | 14 |
| Taxa de desconto anual | 0,948% | 0,396% |
| Taxa anual de crescimento das pensões | 1% | 1% |

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 11 anos.
O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

| | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Responsabilidade por benefícios | 1.106.374 | 1.176.993 | 1.172.152 | 1.163.144 | 1.229.305 |
| Justo valor dos activos do fundo | 1.982.775 | 2.025.583 | 2.005.434 | 1.926.334 | 1.982.210 |
| Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço | 876.401 | 848.590 | 833.282 | 763.190 | 752.905 |

NOTA 14 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros

proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

| | Activos | | Passivos | | Líquido | |
|--|------------------|------------------|--------------------|--------------------|-----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Investimentos Financeiros | - | 1.662 | (280.340) | (373.158) | (280.340) | (371.496) |
| Benefícios a empregados | 165.611 | 171.664 | - | - | 165.611 | 171.664 |
| Provisões | 87.178 | 115.844 | - | - | 87.178 | 115.844 |
| Imóveis | 167.175 | 165.634 | (1.173.162) | (1.172.739) | (1.005.987) | (1.007.105) |
| Prejuízos Fiscais | 966.346 | 1.168.140 | - | - | 966.346 | 1.168.140 |
| Impostos Diferidos Activos / (passivos) | 1.386.310 | 1.622.944 | (1.453.502) | (1.545.897) | (67.192) | 77.047 |

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|--|------------------------|--------------------------|----------------|------------------------|--------------------------|------------------|
| | Reconhecido resultados | Reconhecido nas reservas | Total | Reconhecido resultados | Reconhecido nas reservas | Total |
| Investimentos Financeiros | (0) | 91.156 | 91.156 | 0 | (69.117) | (69.117) |
| Benefícios a empregados | (6.053) | | (6.053) | 143.587 | | 143.587 |
| Provisões | (28.666) | | (28.666) | 10.909 | | 10.909 |
| Imóveis | 866 | 252 | 1.118 | 25.304 | (518) | 24.787 |
| Prejuízos fiscais | 269.924 | - | 269.924 | (333.833) | - | (333.833) |
| Impostos Diferidos Activos / (passivos) | 236.071 | 91.408 | 327.479 | (154.032) | (69.635) | (223.667) |

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é de Euros 4.601.647, acrescido do valor espectável para o presente exercício (2020: Euros 5.562.573). Para a avaliação e reconhecimento de IDA, tem em conta os resultados futuros expectáveis e

evidenciados no plano elaborado a 5 anos e aprovados pelo CE.

Adicionalmente, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2021 e 2020 é analisado como segue:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Imposto Corrente | (60.874) | (60.601) |
| Imposto Diferido | (44.430) | (57.469) |
| Imposto Exercício | (105.304) | (118.070) |

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

| | 2021 | 2020 | Varição |
|---|------------------|--------------------|----------------|
| Imposto Corrente | (699.693) | (980.195) | 280.502 |
| Investimentos Financeiro | (642.309) | (922.746) | 280.438 |
| Imóveis | (57.384) | (57.449) | 64 |
| Imposto Diferido | (292.702) | (384.111) | 91.408 |
| Investimentos Financeiro | (280.340) | (371.496) | 91.156 |
| Imóveis | (12.362) | (12.614) | 252 |
| Total imposto reconhecido reservas | (992.396) | (1.364.306) | 371.910 |

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------|----------|
| RESULTADO ANTES IMPOSTO | 182 061 | 309 371 |
| Taxa Imposto | 22,50 | 22,50 |
| Imposto Calculado com base taxa imp | -40 964 | -69 608 |
| Imposto corrente s/ reservas | 48 946 | 43 506 |
| Outros proveitos e custos excluídos tributação | -12 619 | -7 230 |
| Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46 e 51 | -39 793 | -45 682 |
| Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama) | -60 874 | -39 055 |
| Imposto do Exercício (Corrente+Diferido) | -105 304 | -118 070 |

NOTA 15 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020 são analisadas como segue:

| Rubricas | Montante calculado | Custos de aquisição diferidos | Valor do balanço | 2020 |
|---|--------------------|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| Provisões técnicas de seguro directo | 164.834.098 | 1.037.746 | 163.796.352 | 169.449.563 |
| Provisão matemática | 139.349.515 | 865.483 | 138.484.032 | 143.012.003 |
| Prov. prémios não adquiridos | 1.575.034 | 172.263 | 1.402.771 | 1.375.806 |
| Provisão para sinistros | 9.019.494 | | 9.019.494 | 8.371.552 |
| Provisão participação resultados | 4.412.802 | | 4.412.802 | 4.552.986 |
| Provisão para compromissos taxa | 10.477.253 | | 10.477.253 | 12.137.216 |
| | | | | |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 611.819 | | 611.819 | 194.838 |
| Provisão matemática | - | | - | - |
| Provisão para sinistros | 611.819 | | 611.819 | 194.838 |

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

| Provisão Matemática | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|--------------------|
| Seguros de Vida | | |
| Contratos c/ Part Resultados | | |
| Carteira Antiga | 1.196 | 3.292 |
| Carteira Nova | | |
| Individual Tradicionais | 43.681.310 | 48.722.392 |
| Produtos financeiros Individuais | 15.072.873 | 15.782.672 |
| Rendas Individual | 133.920 | 154.027 |
| Rendas Grupo | 2.794.780 | 3.232.993 |
| Grupo Tradicionais | 2.349.270 | 2.638.138 |
| Produtos financeiros Grupo | 49.514.689 | 47.718.237 |
| Contratos s/ Part Resultados | | |
| Carteira Antiga | 1 | 13 |
| Carteira Nova | | |
| Rendas Individual | 4.868.542 | 3.393.684 |
| Rendas Grupo | 16.042.290 | 17.790.162 |
| Individual Tradicionais | 1.256.579 | 663.248 |
| Seguro ligados a Fundos de Investimento | 2.768.582 | 2.913.145 |
| TOTAL | 138.484.032 | 143.012.003 |

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se

reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 2.768.582 (2020: Euros 2.913.145) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | 2021 | 2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Seguros de Vida | 5.942.400 | 7.074.661 |
| Seguro ligados a Fundos de Investimento | 4.534.853 | 5.062.555 |
| TOTAL | 10.477.253 | 12.137.216 |

Este teste é efetuado com os *cash-flows* (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. Em

resultado dos testes efetuados a 2021 e 2020, verificou-se um decréscimo de Euros 1.659.963. Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

| Modalidade | Tábua de Mortalidade | Taxa Garantida | Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prêmios não adquiridos) |
|-----------------------------|---|---------------------|--|
| Seguros de Renda | | | |
| Rendas Certas-Amortizações | PM 60/64 | 4% | Provisão Matemática |
| Rendas Vitalícias Imediatas | 110% DAV94 MR | 3% | Provisão Matemática |
| | GRF 80 | 2,5% | Provisão Matemática |
| | DAV94 MR | 2% | Provisão Matemática |
| | | 1% | Provisão Matemática |
| | | 0,25% | Provisão Matemática |
| | | 0,10% | Provisão Matemática |
| | H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 | 2% | Provisão Matemática |
| | M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 | 2% | Provisão Matemática |
| | HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 | 2% | Provisão Matemática |
| Seguros de Capital | | | |
| Mistos | AF | 3,5% | Provisão Matemática |
| | PM 60/64 | 4% | Provisão Matemática |
| | GKM 80 | 2,75% | Provisão Matemática |
| | GKM 80 | 2% | Provisão Matemática |
| Temporários | PM 46/49 | 3,5% | Provisão Matemática |
| | PM 60/64 | 4% | Provisão Matemática |
| | 40% GKM 80 | 0% | Provisão Matemática |
| Temporário Anual Renovável | | | Provisão para Prêmios não adquiridos |
| Investimento Seguro | | Mín. 0%; Máx. 0,25% | Provisão Matemática |
| Investimento Programado | | 0,00% | Provisão Matemática |
| Confiança PPR | | 0,00% | Provisão Matemática |
| PPR Novo Valor | | 3,5% | Provisão Matemática |
| Valor Mais PPR | | 3,5% | Passivo Financeiro e Provisão Matemática |
| Garantia Valor PPR/E | | 0,00% | Passivo Financeiro e Provisão Matemática |
| Garantia Rendimento | | 0,00% | Passivo Financeiro e Provisão Matemática |
| Invest | | 4% | Passivo Financeiro |
| PPR Valorização | | 4% | Passivo Financeiro |
| PPR/E Ações Maximização | n.a. | n.a. | Passivo Financeiro |
| BlueCrow Capital | n.a. | n.a. | Passivo Financeiro |
| VX0 | | 0,00% | Passivo Financeiro |

Seguro Grupo

| Modalidade | Tábua de Mortalidade | Taxa Garantida | Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos) |
|------------------------------------|--|--|--|
| Seguros de Renda | | | |
| Rendas Vitalicias Imediatas | 110% DAV94 MR | 3% | Provisão Matemática |
| | GRF 80 | 2,5% | Provisão Matemática |
| | DAV94 MR | 2% | Provisão Matemática |
| | | 1% | Provisão Matemática |
| | | 0,25% | Provisão Matemática |
| | | 0,10% | Provisão Matemática |
| | | H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 | 2% |
| | M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 | 2% | Provisão Matemática |
| | HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos) | 2% | Provisão Matemática |
| Seguros de Capital | | | |
| Capital Diferido sem contrasseguro | PF 60/64 | 4% | Provisão Matemática |
| Misto | PM 60/64 | 4% | Provisão Matemática |
| Temporário Anual Renovável | | | Provisão para Prémios não adquiridos |
| Capital Diferido com contrasseguro | TV 73/77 | 4% | Passivo Financeiro |
| | GKF 80 | Min. 0%; Máx. 2% | Provisão Matemática |
| Lifeplan Investment | n.a. | n.a. | Passivo Financeiro |

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 301.894 (2020: Euros

194.546), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2021 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2021 é analisado como segue:

| Provisão para sinistros em 31-12-2020 | Montantes pagos no exercício ⁽¹⁾ | Provisão para sinistros em 31-12-2021 ⁽¹⁾ | Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores |
|---------------------------------------|---|--|---|
| 8.371.552 | 1.466.965 | 6.180.001 | (724.586) |

(1) referentes a sinistros de exercícios anteriores.

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2021, relativos a exercícios

anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos

resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;

- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

Para o exercício de 2021, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

| Participação nos Resultados a Atribuir | Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor | Alteração do Justo valor por resultados | % a Atribuir | Saldo Final |
|--|---|---|--------------|----------------|
| Carteira Antiga | 35 | | 0% | - |
| Carteira Nova | | | | |
| Individual | 1.774.346 | 1.810.619 | 10% | 469.683 |
| Rendas Individual | 766 | | 0% | |
| Rendas Individual (novas bases técnicas) | 320 | | 0% | |
| PPR Confiança | 46.858 | | 0% | |
| Rendas Grupo | 8.610 | | 0% | |
| Rendas Grupo (novas bases técnicas) | 30.176 | | 0% | |
| Grupo Tradicionais | 69.234 | 1.358.128 | 1% | 8.992 |
| VICTORIA Vantagem Investimento | 825.216 | 1.142.116 | 0% | - |
| Total | 2.755.561 | 4.310.863 | | 478.676 |

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2019 a 2021).

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2021, é a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| Participação nos Resultados Atribuída | Saldo Inicial | Atribuída | Distribuída | | Saldo Final |
|--|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | | Pagamentos | Aumento Benefícios | |
| Carteira Antiga | 40.159 | 42 | 42 | - | 40.159 |
| Carteira Nova | | | | | |
| Individual | 277.580 | 14.024 | 14.024 | 2.041 | 275.539 |
| Rendas Individual | 51.367 | - | - | - | 51.367 |
| Rendas Individual (novas bases técnicas) | - | - | - | - | - |
| Rendas Grupo | 209.471 | - | - | - | 209.471 |
| Rendas Grupo (novas bases técnicas) | - | - | - | - | - |
| Grupo Tradicionais | 3.403.120 | 2.459.895 | 2.526.630 | - | 3.336.385 |
| VICTORIA Vantagem Investimento | 27.353 | 13.559 | 338 | 19.369 | 21.205 |
| Total | 4.009.050 | 2.487.520 | 2.541.034 | 21.410 | 3.934.126 |

NOTA 16 – PASSIVOS FINANCEIROS DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos

contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a Companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

| | Com Risco Investiment | Sem Risco Investimento | TOTAL |
|---|-----------------------|------------------------|-------------------|
| Valor Inicial | 21 115 989 | 7 762 527 | 28 878 516 |
| Entradas no período | 4 538 554 | 7 731 672 | 12 270 226 |
| Montantes Pagos | 8 071 451 | 1 419 391 | 9 490 842 |
| Rendimentos (Gastos) | 1 006 275 | 247 341 | 1 253 616 |
| Encargos de Gestão | 226 622 | 108 091 | 334 713 |
| Passivos Adquiridos de ou transferidos para outras empresas | (105 024) | - | (105 024) |
| Valor Final | 18 257 721 | 14 214 058 | 32 471 779 |

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos

financeiros que os compõem, conforme Nota 8.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em passivos subordinados, o montante registado de Euros 5.000.000 respeita ao empréstimo subordinado concedido pela

VICTORIA – Seguros, S.A., com os requisitos técnicos para reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

NOTA 18 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Tomadores de Seguros | 5.003.812 | 4.916.707 |
| Mediadores de Seguros | 294.471 | 182.551 |
| Co-Seguros | 74.453 | 280.272 |
| Sub-total | 5.372.736 | 5.379.530 |
| Resseguradores | 295.973 | 15.116 |
| Outros Credores | 2.025.815 | 2.163.499 |
| TOTAL | 7.694.524 | 7.558.145 |

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 4.337.902 (2020: Euros 3.947.964) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados

pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 1.697.725 (2020: Euros 1.481.252) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

NOTA 19 – PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

| Passivos de Locação | 2021 | 2020 |
|----------------------|---------|---------|
| Terrenos e Edifícios | 424 956 | 820 450 |
| Ativos tangíveis | 125 396 | 176 218 |
| | 550 352 | 996 668 |

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 55.021 e tem a seguinte distribuição temporal:

| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|--------|--------|-------|------|
| 26 129 | 21 744 | 6 547 | 601 |

NOTA 20 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Rendas e Alugueres | 39.790 | 39.790 |
| Outros acréscimos e diferimentos | 131.529 | 294.030 |
| Total | 171.319 | 333.820 |

Acréscimos e diferimentos no Passivo

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Férias e subsídio de férias | 405.904 | 399.306 |
| Outros encargos com pessoal | 100.461 | 99.039 |
| Incentivos comerciais e de desempenho | 557.599 | 542.411 |
| Rendas e alugueres | 237.237 | 298.466 |
| Outros acréscimos e diferimentos | 578.287 | 656.685 |
| Total | 1.879.488 | 1.995.907 |

NOTA 21 – CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5

cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

II. Reservas de Reavaliação

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2021, as seguintes alterações:

| | Saldo inicial | Valorizações / Desvalorizações | Diminuições por Venda | Saldo final |
|---|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| De Justo Valor de Activos Financeiros | 5.470.180 | (1.516.905) | (200.170) | 3.753.105 |
| Instrumentos de capital e Unid Participação | 380.755 | 576.088 | 21.656 | 978.499 |
| Títulos de Dívida | 5.089.425 | (2.092.993) | (221.826) | 2.774.606 |
| Dívida Pública | 1.350.511 | (606.805) | (140.962) | 602.744 |
| De Outros Emissores Públicos | 319.267 | (143.976) | (6.309) | 168.982 |
| De Outros Emissores | 3.419.647 | (1.342.212) | (74.555) | 2.002.880 |
| Terrenos e Edifícios | 304.476 | (1.120) | - | 303.356 |
| Total | 5.774.656 | (1.518.025) | (200.170) | 4.056.461 |
| Provisão part. resultados atribuir ("Shadow") | (245.168) | 65.260 | | (179.908) |
| Total | 5.529.488 | (1.452.765) | (200.170) | 3.876.553 |

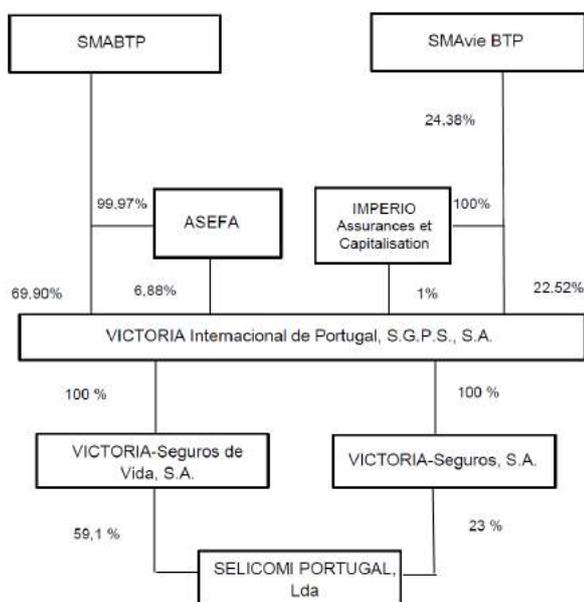
III. Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos

10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No decurso de 2021, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

| GANHOS E PERDAS | VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., SA | VICTORIA - Seguros, S.A | Selicomi | ASEFA | SMA Vie BTP | Investimo | Imperio Assurance |
|--|--|-------------------------|----------|--------|-------------|-----------|-------------------|
| Prémios Adquiridos de Seguro Direto | | | | 44.255 | | | |
| Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido | | | | | | | (15.520) |
| Rendimentos de investimentos | | | 423.430 | | | | |
| Total dos Proveitos | - | - | 423.430 | 44.255 | - | - | (15.520) |
| Custos e gastos de exploração - comissões Resseg | | | | | | | (1.127) |
| Custos com sinistros - parte dos resseguradores | | | | | | | (6.100) |
| Variação Provisões Técnicas | | | | | | | |
| Outros Gastos Gerais e Administrativos | 139.231 | 200.000 | | 3.335 | 122.344 | 30.000 | - |
| Total dos Custos | 139.231 | 200.000 | - | 3.335 | 122.344 | 30.000 | (7.227) |
| Líquido Proveitos/ (Custos) 2021 | (139.231) | (200.000) | 423.430 | 40.920 | (122.344) | (30.000) | (8.293) |
| Líquido Proveitos/ (Custos) 2020 | (157.286) | (77.260) | 457.010 | 38.189 | (149.725) | (30.000) | (6.037) |

| BALANÇO | VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., SA | VICTORIA - Seguros, S.A | Selicomi | ASEFA | SMA Vie BTP | Investimo | Imperio Assurance |
|---|--|-------------------------|-----------|-------|-------------|-----------|-------------------|
| Ativo | | | | | | | |
| Empréstimos e contas a receber | | | 7.592.042 | | | | |
| Provisões Técnicas de Resseguro Cedido | | | | | | | |
| Outros Devedores por operações de seguro e outras | 2.020.253 | | | | | | |
| Total do Ativo | 2.020.253 | - | 7.592.042 | - | - | - | - |
| Passivo | | | | | | | |
| Passivos Subordinados | | 5.000.000 | | | | | |
| Depósitos recebidos de resseguradores | | | | | | | |
| Outros Credores por operações de seguro e outras | | 1.697.725 | | | | | 3.547 |
| Total do Passivo | - | 6.697.725 | - | - | - | - | 3.547 |
| Líquido Ativo / (Passivo) 2021 | 2.020.253 | (6.697.725) | 7.592.042 | - | - | - | (3.547) |
| Líquido Ativo / (Passivo) 2020 | 2.059.739 | (6.481.252) | 7.592.042 | - | - | - | (15.116) |

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere às entidades SMA Vie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 23 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS**Compromissos por garantias prestadas**

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, são analisadas como segue:

| Natureza da Garantia | 2021 | 2020 |
|--|--------------|----------------|
| Avaes, fianças e outras garantias de crédito | | |
| Direção Geral de Contribuições e Impostos | - | 282.574 |
| Águas de Portugal | 6.089 | 6.089 |
| Total | 6.089 | 288.663 |

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Companhia era de Euros 16.777.995 (2020: Euros 16.302.397), dos quais Euros 2.222.722 (2020: Euros 2.225.895) têm taxa garantida.

VI – NOTAS À CONTA DE GANHO E PERDAS**NOTA 24 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO**

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

| PRÉMIOS DE SEGURO DE VIDA | 2021 | 2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Prémios brutos emitidos de seguro directo | | |
| Relativos a contratos individuais | 14.411.362 | 13.187.824 |
| Relativos a contratos de grupo | 15.918.122 | 16.738.239 |
| Relativos a contratos de grupo em LPS | 44.255 | 41.443 |
| | 30.373.739 | 29.967.506 |
| Periódicos | 18.560.271 | 18.914.229 |
| Periódicos em LPS | 44.255 | 41.443 |
| Não Periódicos | 11.769.213 | 11.011.834 |
| | 30.373.739 | 29.967.506 |
| De contratos sem participação nos resultados | 9.817.237 | 8.367.617 |
| De contratos com participação nos resultados | 20.512.247 | 21.558.446 |
| De contratos com participação nos resultados em LPS | 44.255 | 41.443 |
| | 30.373.739 | 29.967.506 |
| Prémios brutos emitidos de resseguro aceite | | |
| Saldo de resseguro | (658.500) | (554.773) |

A VICTORIA iniciou em 2016, junto das autoridades competentes, o processo de autorização para explorar em Espanha, em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida. O impacto

desse negócio, na receita de prémios de 2021 foi de 45.057€ (em 2020: 41.443€).

NOTA 25 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

| | 2021 | 2020 |
|---------------------|----------------|----------------|
| Encargos Subscrição | 6.802 | 7.435 |
| Comissão de Gestão | 343.999 | 323.855 |
| | 350.801 | 331.290 |

NOTA 26 – CUSTOS COM SINISTROS

Os custos com sinistros de contratos de seguros, são analisados da seguinte forma:

| Custos com sinistros | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Vida | 25.851.806 | 23.825.936 |
| Vencimentos | 10.474.979 | 10.692.800 |
| Capitais morte ou Invalidez | 3.407.706 | 1.931.298 |
| Rendas | 4.056.802 | 2.949.492 |
| Resgates | 6.804.286 | 7.166.000 |
| Outras | 38.007 | 41.475 |
| Custos gestão imputados | 1.070.026 | 1.044.871 |

NOTA 27 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Decorrente das alterações às provisões técnicas, conforme explanado na Nota 15, os impactos são analisados da seguinte forma:

-A provisão matemática do ramo Vida, registou em 2021 um decréscimo de Euros 4.604.341 situação idêntica à verificada nos últimos anos, nomeadamente em 2020 que registou um decréscimo de Euros 4.113.512.

-As outras provisões técnicas correspondem à provisão para compromissos de taxa, que

como explicado na Nota 15, evidenciou uma diminuição de Euros 1.659.963.

-A participação de resultados da Companhia registou uma dotação total de Euros 2.344.989 (2020: Euros 3.288.485), sendo em parte compensado pela existência de contratos em resseguro no montante de Euros 599.564 (2020: Euros 647.392).

NOTA 28 – Custos e gastos de exploração

Como custos e gastos de exploração, a Companhia regista os custos incorridos quer com a angariação de novos contratos, bem

como com a manutenção da carteira existentes.

A sua composição, e analisada como se segue:

| | 2021 | | 2020 | |
|------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|
| | Contratos de Seguros | Contratos de Investimento | Contratos de Seguros | Contratos de Investimento |
| Custos de aquisição | 5.277.997 | 156.132 | 5.085.583 | 86.857 |
| Remunerações e outros custos | 2.920.387 | 55.081 | 2.447.480 | 11.979 |
| Custos imputados | 2.357.610 | 101.051 | 2.638.103 | 74.878 |
| Gastos administrativos | 4.329.930 | 151.280 | 3.843.879 | 125.178 |
| Outros custos | 290.635 | | 265.557 | |
| Custos imputados | 4.039.295 | 151.280 | 3.578.322 | 125.178 |
| Total | 9.607.927 | 307.412 | 8.929.462 | 212.035 |

NOTA 29 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

| | 2021 | 2020 |
|--|------------------|------------------|
| Terrenos e Edifícios | 2.101.777 | 2.096.312 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | |
| Associadas | 176.857 | 203.033 |
| Activos financeiros detidos para negociação | | |
| Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados | 257.304 | 540.118 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | 4.557 | 259.419 |
| Títulos de Dívida | 252.747 | 280.699 |
| Activos disponíveis para venda | 1.451.517 | 1.906.341 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | 167 | 103.950 |
| Títulos de Dívida | 1.451.350 | 1.802.391 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | 248.841 | 257.305 |
| Depósitos | - | - |
| Empréstimos concedidos | 248.841 | 257.305 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 174.844 | 174.987 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | | |
| Títulos de Dívida | 174.844 | 174.987 |
| TOTAL | 4.411.140 | 5.178.096 |

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 30 – GASTOS FINANCEIROS

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 36.

NOTA 31 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESERVAS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|------------------|
| Activos disponiveis para venda | | |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | (96.608) | (45.785) |
| Títulos de Dívida | 31.088 | 69.981 |
| Sub - Total | (65.520) | 24.196 |
| Terrenos e Edifícios | (7.058) | (199.071) |
| Total | (72.578) | (174.875) |

NOTA 32 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESULTADOS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados é analisada como segue:

| Ativos Financeiros | 2021 | | 2020 | |
|--|-------------------|-------------------------|-------------------|-------------------------|
| | Valias Realizadas | Ajustamento Justo Valor | Valias Realizadas | Ajustamento Justo Valor |
| Activos financeiros detidos para negociação | | | | |
| Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados | 67.098 | (132.973) | (78.984) | 295.554 |
| Instrumentos de Capital e Unid Participação | 84.724 | 152.646 | (74.292) | 308.535 |
| Títulos de Dívida | (17.626) | (285.619) | (4.692) | (12.981) |
| TOTAL | 67.098 | (132.973) | (78.984) | 295.554 |

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

| Passivos Financeiros | 2021 | 2020 |
|----------------------|--------------------|--------------------|
| Gastos em passivos | (1.612.985) | (2.283.764) |
| Ganhos em passivos | 359.369 | 854.218 |
| TOTAL | (1.253.616) | (1.429.546) |

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em

rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 33 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | 2021 | 2020 | | 2021 | 2020 |
|------------------------------|----------------|----------------|------------------------------|---------|---------|
| Outros gastos técnicos | | | Outros rendimentos técnicos | | |
| Por gestão Co-Seguro | - | - | Por gestão Co-Seguro | | |
| Por gestão Fundos de Pensões | 65.040 | 50.074 | Por gestão Fundos de Pensões | 198.590 | 187.839 |
| Por outros | 7 | - | Por outros | 10.067 | 21.731 |
| Sub-total | 65.047 | 50.074 | | 208.657 | 209.570 |
| Total | 143.610 | 159.496 | | | |

NOTA 34 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÕES)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da Companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para fazer face a

responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

| Rubricas | Saldo inicial | Aumento | Redução | Utilização/Transf | Saldo final |
|------------------|---------------|---------|---------|-------------------|-------------|
| Outras Provisões | 243.537 | - | 52.506 | - | 191.031 |

NOTA 35 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

| | 2021 | 2020 | | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|---------------|---------------|----------------------------------|---------|---------|
| Gastos e perdas não correntes | | | Rendimentos e ganhos não | | |
| Multas e penalidades | - | 702 | Restituição impostos | | |
| Quotizações diversas e donativos | 16 395 | 1 000 | Outros rendimentos e ganhos | 111 508 | 84 254 |
| Outros gastos e perdas | 6 582 | 49 121 | | | |
| Gastos e perdas financeiras | | | Rendimentos e ganhos financeiros | | |
| Juros suportados | 185 | 774 | Juros obtidos | 280 | 6 257 |
| Outros gastos e perdas | 12 616 | 19 535 | Outros rendimentos e ganhos | | |
| Ajustamentos | | | Ajustamentos | | |
| De recibos por cobrar | - | - | De recibos por cobrar | 55 051 | 83 605 |
| De créditos de cobrança duvidosa | - | 56 302 | De créditos de cobrança duvidosa | 31 774 | |
| Perdas em Activos Tangíveis | 141 178 | | Ganhos em Activos Tangíveis | - | - |
| | | | Outros | - | - |
| Sub-total | 176 956 | 127 434 | Sub-total | 198 613 | 174 116 |
| Total | 21 657 | 46 682 | | | |

NOTA 36 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Despesas com Pessoal | 4.445.705 | 4.243.941 |
| Fornecimento e Serviços Externos | 2.858.767 | 2.720.017 |
| Impostos e Taxas | 64.209 | 62.438 |
| Amortizações do Exercício | 1.369.594 | 1.436.350 |
| Juros Suportados | 261.125 | 190.759 |
| Comissões | 202.211 | 229.476 |
| Total | 9.201.611 | 8.882.981 |

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de contas que têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 44.300 Euros, incluindo serviços de garantia de fiabilidade;

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 29.500 Euros;

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 14.200 Euros, relativos aos Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA – Seguros de Vida, SA

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, é analisada da seguinte forma:

| | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------------|
| | Contratos Seguro | Contratos Investiment | Contratos Seguro | Contratos Investimento |
| Custos com sinistros | 1.039.556 | | 1.071.482 | |
| Custos de exploração | 6.396.905 | 252.331 | 6.216.425 | 200.056 |
| Custos de aquisição | 2.357.610 | 101.051 | 2.638.103 | 74.878 |
| Custos administrativos | 4.039.295 | 151.280 | 3.578.322 | 125.178 |
| Custos com investimentos | 981.324 | 255.915 | 922.559 | 219.788 |
| Custos Gestão Fundos de | 275.580 | | 252.671 | |
| Total | 8.693.365 | 508.246 | 8.463.137 | 419.844 |

NOTA 37 – GASTOS COM O PESSOAL

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o

exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 85 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| Qualificação de Funções | Nº Médio de Empregados 2021 | Nº Médio de Empregados 2020 |
|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Quadros superiores | 17 | 15 |
| Quadros médios | 6 | 7 |
| Profissionais altamente | 19 | 19 |
| Profissionais qualificados | 43 | 43 |
| Profissionais semi – qualificados | 1 | 1 |
| Estagiários e aprendizes | | |
| Total | 86 | 85 |

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são analisados como segue:

| Rubricas | 2021 | 2020 |
|--|------------------|------------------|
| Remunerações | | |
| dos órgãos sociais | 114.486 | 49.766 |
| do pessoal | 3.317.087 | 3.201.784 |
| Encargos sobre remunerações | 800.070 | 758.672 |
| Benefícios pós-emprego | | |
| Planos de contribuição definida | 51.469 | 50.777 |
| Planos de benefício definido | 21.654 | 1.628 |
| Outros benefícios a longo prazo dos empregados | 12.275 | |
| Benefícios de cessação de emprego | - | - |
| Seguros obrigatórios | 74.965 | 84.206 |
| Gastos de acção social | 18.295 | 18.309 |
| Outros gastos com pessoal | 35.404 | 78.799 |
| Total de custos com pessoal | 4.445.705 | 4.243.941 |

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no Grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| Orgãos | Nº elementos | Valor Total Remuneração | |
|--------------------|--------------|-------------------------|------------------|
| | | VIDA | SEGUROS |
| Conselho Executivo | 3 | 245.419 | 269.394 |
| Diretores | 11 | 432.563 | 755.421 |
| Responsáveis | 23 | 504.553 | 895.620 |
| | 36 | 1.182.535 | 1.920.435 |

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Conselho Executivo é composto pelo Administrador-Delegado e por um

Administrador, os únicos membros do Conselho de Administração com funções executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | | | 2021 | 2020 |
|--|------------------------|---------------------|----------------|---------------|
| Conselho de Administração | | | 123.844 | 43.766 |
| Administrador Delegado | Francisco Campilho | Outras remunerações | 93.358 | - |
| Administrador | Carlos Suárez | Outras remunerações | - | - |
| Administrador Delegado (até 06/07/2021) | Cyrille Mascarelle | Outras remunerações | 14.195 | 27.475 |
| | | Bónus Anual | 16.291 | 16.291 |
| Conselho Fiscal | | | 6.000 | 6.000 |
| Presidente | João de Lara Everard | Outras remunerações | - | - |
| Vogal | Santiago Gil de Biedma | Outras remunerações | 3.000 | 3.000 |
| Vogal | António Vilar Ribeiro | Outras remunerações | 3.000 | 3.000 |

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

O ano de 2022 iniciou-se condicionado novamente pela evolução da situação pandémica. O surgimento de uma nova variante do vírus Covid-19 gerou uma nova onda na qual foram atingidos recordes de contágios a nível mundial. A propagação foi alimentada por uma variante do vírus mais transmissível, mas menos severa, denominada variante Omicrón. Porém, este período foi superado de forma bastante positiva. Não foram necessárias medidas significativas de confinamento e o impacto na atividade económica foi reduzido. Efetivamente o sucesso dos programas de vacinação, em Portugal e na generalidade dos países desenvolvidos, contribuiu para uma redução significativa dos níveis de mortalidade e permitiu que os sistemas de saúde superassem este período sem grandes interrupções. Mais concretamente a vacinação foi estendida ao grupo etário das crianças maiores de 5 anos e

para os adultos foi prescrita uma dose adicional para maior proteção. Isto permitiu que a doença se manifestasse na maioria dos casos de forma benigna e sem necessidade de internamento hospitalar.

O melhor controlo da doença, o regresso da atividade económica à normalidade, anteviam um período otimista de crescimento económico para os próximos anos, apesar de sinais de alguma pressão ao nível da subida de preços.

Contudo, a situação alterou-se dramaticamente com a invasão da Ucrânia em 24 de fevereiro por tropas Russas. Este evento representa um choque geopolítico sem precedentes nesta geração e coloca fortes interrogações sobre o ano de 2022 e o futuro próximo.

Justificando a invasão por motivos de segurança interna e alegando objetivos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

expansionistas por parte da Aliança Atlântica, a Federação Russa pôs em causa a ordem mundial estabelecida desde o fim da União Soviética e gerou o repúdio do Mundo Ocidental. Tentado evitar uma escalada do conflito em termos militares, os E.U.A., União Europeia e Reino Unido lançaram uma série de sanções económicas sem precedentes e que têm como objetivo isolar a Rússia da economia global.

Nesta data, o desfecho do conflito é ainda incerto, pois apesar da diferença de dimensão das forças armadas dos dois países, as tropas russas encontraram forte resistência na Ucrânia e após três semanas de fortes combates a situação militar parece ter estagnado sem um fim claro à vista. Simultaneamente, num contexto de perda de vidas humanas, de destruição e mais de 2 milhões de refugiados, as negociações para um cessar fogo prosseguem.

Até ao momento, a reação dos mercados foi ainda limitada, com a exceção da subida no preço do petróleo que chegou a transacionar nos 136 dólares/barril Brent e de algumas matérias primas. O principal impacto foi sentido pelos investidores na economia russa, cuja economia e mercados financeiros estão sendo fortemente afetados pelas sanções e restrições colocadas desde o início da guerra. Os mercados de ações têm estado bastante voláteis, mas a correção desde 24 de fevereiro é reduzida (O índice Eurostoxx em 21/03 face a 24/02/2022 apresentava uma desvalorização de 1,8%).

Os eventos na Ucrânia aumentaram os riscos de estagflação que já emergiam antes da inflação. Claramente o maior risco nesta fase é uma subida acentuada da inflação devido a algum tipo de disrupção no fornecimento de petróleo e gás russos, o que poderá ditar uma redução no ritmo de crescimento económico e potencialmente uma recessão.

Outro importante risco, é a forma como a China está a lidar com o conflito e o seu alegado estatuto de neutralidade. Sob forte pressão dos países ocidentais para incentivar a Rússia a pôr as armas de lado, mas procurando simultaneamente afirmar a sua posição, corre o risco de dar origem a algum tipo de confrontação económica com os E.U.A e União Europeia, com sérias implicações na evolução da economia mundial.

No caso da VICTORIA, os riscos associados a este conjunto de eventos extraordinários poderão implicar uma redução temporária nos rendimentos associada a uma eventual desvalorização a curto prazo dos ativos financeiros detidos em carteira. Em contrapartida, a subida das taxas de juro, irá certamente permitir que os reinvestimentos bem como, novos investimentos, possam ser realizados a níveis de taxa superiores, potenciando a obtenção de rendimentos superiores. A receita gerada via prémios emitidos, tenderá a acompanhar o ritmo de reposição da esperada normalidade, porém, em algumas linhas de negócio, um aumento

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

generalizado dos preços, poderá ter impacto nos custos com sinistros. Contudo, a Companhia possui proteção adequada perante a adversidade desses riscos. Estudos internos, elaborados em conformidade com as recomendações da EIOPA, demonstram uma capacidade dos seus fundos próprios fazerem face a esses mesmos eventos adversos.

A prudência na atribuição do justo valor aos ativos imobiliários detidos, permite-nos continuar a beneficiar de alguma tranquilidade no que concerne a um eventual comportamento menos favorável que se venha a verificar no mercado imobiliário.

Por uma questão de prudência, a companhia procedeu em 2021 à libertação parcial do valor da provisão para compromisso de taxa (Loss Adequacy Test) que poderia desconstituir de acordo com os cálculos então efetuados. Associando alguma incerteza decorrente da evolução pandémica, aos esperados efeitos da Guerra que opõe a Rússia à Ucrânia, a volatilidade passou a pautar o comportamento dos mercados financeiros.

A aparente tendência de subida de taxas de juro que temos vindo a assistir, leva-nos a acreditar que ganhos fiscalmente aceites, atualmente não previstos no plano, poderão verificar-se. Permanecemos, porém, atentos a este aspeto particular.

Neste momento e tendo em conta todas as análises e estudos efetuados, entende a companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e conseqüentemente a continuidade dos mesmos, antes pelo contrário.

Para além de exercícios adicionais solicitados pela Autoridade de Supervisão, virem a acontecer no futuro, outros estudos permanentes e complementares estão a ser equacionados e/ou efetuados, de forma a avaliar corretamente os referidos impactos, permitindo simultaneamente proceder à necessária mitigação dos referidos riscos.

Adicionalmente, parte dos riscos mencionados deverá continuar a ser mitigada pelas esperadas medidas económicas e sociais adotadas pelo Governo, nomeadamente no apoio às famílias e à manutenção dos postos de trabalho, bem como no apoio às PME. Fazemos referência às medidas extraordinárias para continuar a enfrentar o impacto decorrente do Covid-19, ao qual se associam agora, os impactos indiretos decorrentes da guerra atualmente em curso.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de

ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IX.I ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.2 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

| Norma / Interpretação | Descrição |
|--|---|
| <p>Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021</p> | <p>Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a COVID-19’ foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.</p> <p>Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.</p> <p>Em suma, o expediente prático pode ser aplicado desde que estejam cumpridos os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e • não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. |
| <p>Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9</p> | <p>Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.</p> |

| Norma / Interpretação | Descrição |
|--|--|
| | A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros. |
| Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2 | <p>Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do <i>benchmark</i> para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (<i>Risk Free Rate</i> (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado; • Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada; • Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco. |

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

IX. 3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à

data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

| Norma / Interpretação | Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após | Descrição |
|---|---|--|
| Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro | 1-jan-2022 | <p>Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.</p> <p>É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.</p> <p>A alteração é de aplicação prospetiva.</p> |
| Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento | 1-jan-2022 | <p>Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.</p> |
| Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato | 1-jan-2022 | <p>Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.</p> <p>Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.</p> <p>Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações</p> |

| Norma / Interpretação | Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após | Descrição |
|--|---|---|
| | | contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. |
| Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) | 1-jan-2022 | Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS. |
| Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) | 1-jan-2022 | Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro. |
| Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) | 1-jan-2022 | Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor. |
| IFRS 17 – Contratos de Seguro | 1-jan-2023 | A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando |

| Norma / Interpretação | Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após | Descrição |
|-----------------------|---|--|
| | | com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. |

A VICTORIA não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021. Não

são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

IX.4 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até

à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

| Norma / Interpretação | Descrição |
|---|---|
| Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes | <p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “<i>covenant</i>”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p> |
| Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas | A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma |

| Norma / Interpretação | Descrição |
|---|---|
| | entidade usa as técnicas de mensuração e <i>inputs</i> para desenvolver estimativas contabilísticas. |
| Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas | <p>Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas ‘materiais’, anteriormente designadas por políticas ‘significativas’. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.</p> <p>Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.</p> |
| Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única | <p>As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.</p> <p>De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.</p> |
| Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa | <p>Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.</p> <p>A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘<i>overlay</i>’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘<i>overlay</i>’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.</p> |

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas VICTORIA no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| CÓDIGO | IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | | |
|--------------|--|------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|-----------|----------------|--------------|
| | | | | | | | unitário | Total | Juros Acruados | Taxa de Juro |
| | 1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS | | | | | | | | | |
| | 1.1 - Nacionais | | | | | | | | | |
| | 1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.1.5 - Obrigações de empresas associadas | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.2 - Estrangeiras | | | | | | | | | |
| | 1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.2.5 - Obrigações de empresas associadas | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | total | | | | | | | | | |
| | 2 - OUTROS TÍTULOS | | | | | | | | | |
| | 2.1 - Nacionais | | | | | | | | | |
| | 2.1.1 - Títulos de rendimento fixo | | | | | | | | | |
| | 2.1.1.1 - De dívida pública | | | | | | | | | |
| PTOTEKOE0011 | O.T. JAN TF 15/25 - AFS | | 110.000 | 99,43 | | 109.368 | 112 | 123.563 | 667 | 2,875% |
| PTOTETOE0012 | O.T. JUL TF 16/26 - AFS | | 180.000 | 98,93 | | 178.068 | 114 | 205.774 | 2.311 | 2,875% |
| PTOTEAOE0021 | O.T. JUN TF 08/23 - AFS | | 450.000 | 103,18 | | 464.311 | 110 | 495.936 | 4.089 | 4,950% |
| PTOTEKOE0011 | O.T. JAN TF 15/25 - HTM | | 2.650.000 | 99,43 | | 2.634.782 | 99 | 2.634.782 | 16.073 | 2,875% |
| PTOTETOE0012 | O.T. JUL TF 16/26 - HTM | | 3.050.000 | 98,78 | | 3.012.940 | 99 | 3.012.939 | 39.159 | 2,875% |
| PTOTEKOE0011 | O.T. JAN TF 15/25 - AFS | | 1.030.000 | 98,59 | | 1.015.477 | 112 | 1.156.999 | 6.247 | 2,875% |
| PTOTETOE0012 | O.T. JUL TF 16/26 - AFS | | 570.000 | 96,25 | | 548.625 | 114 | 651.618 | 7.318 | 2,875% |
| PTOTEAOE0021 | O.T. JUN TF 08/23 - AFS | | 580.000 | 110,73 | | 642.234 | 110 | 639.207 | 5.270 | 4,950% |
| | sub-total | | 8.620.000 | | | 8.605.805 | | 8.920.818 | 81.134 | |

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| CÓDIGO | IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | | |
|--------------|---|------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|------------|----------------|--------------|
| | | | | | | | unitário | Total | Juros Acruados | Taxa de Juro |
| | 2.1.1.2- De outros emissores públicos | | | | | | | | | |
| | sub-total | | - | | | - | | | | |
| | 2.1.1.3- De outros emissores | | | | | | | | | |
| 913910001401 | C.N.B./CAMAC S.190/95 | | 175 | - | | - | | | | |
| 913910001402 | C.N.B./CAMAC S.290/97 | | 125 | - | | - | | | | |
| 913910003401 | CONST.CAMPO ALEGRE 91/96 | | 75 | - | | - | | | | |
| 913012876001 | COPINAQUE 90/95 | | 249 | - | | - | | | | |
| 913910003301 | FABRIFER 91/96 | | 100 | - | | - | | | | |
| 913012886001 | SOMEC 92/97 | | 150 | - | | - | | | | |
| 913012886002 | SOMEC 94/99 | | 349 | - | | - | | | | |
| | sub-total | | 1.222 | | | - | | | | |
| | sub-total | | 8.621.222 | | | 8.605.805 | | 8.920.818 | 81.134 | |
| | 2.1.2 - Títulos de rendimento variável | | | | | | | | | |
| | 2.1.2.1- Acções | | | | | | | | | |
| | sub-total | | - | | | - | | | | |
| | 2.1.2.2- Títulos de participação | | | | | | | | | |
| | sub-total | | - | | | - | | | | |
| | 2.1.2.3- Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | | | |
| PTMNSKHE0012 | LYNX DISCOVERY FUND | 12.910 | | | 4 | 55.000 | 5 | 67.499 | | |
| | sub-total | 12.910 | | | 4 | 55.000 | 5 | 67.499 | | |
| | 2.1.2.4- Outros | | | | | | | | | |
| | sub-total | | - | | | - | | | | |
| | sub-total | 12.910 | | | 4 | 55.000 | 5 | 67.499 | | |
| | total | 12.910 | 8.621.222 | | 4 | 8.660.805 | 5 | 8.988.317 | 81.134 | |
| | 2.2- Estrangeiros | | | | | | | | | |
| | 2.2.1- Títulos de rendimento fixo | | | | | | | | | |
| | 2.2.1.1- De dívida pública | | | | | | | | | |
| FR0126893579 | FRENCH DISCOUNT T-BILL (CUP ZERO) 21/22 | | 1.100.000 | 100,41 | | 1.104.479 | 100 | 1.104.554 | - | 0,00% |
| FR0126893702 | FRENCH DISCOUNT T-BILL 21/22 | | 1.500.000 | 100,70 | | 1.510.499 | 101 | 1.508.475 | - | 0,00% |
| FR0126461849 | FRENCH T-BILL 21/22 (CUP ZERO) | | 140.000 | 100,14 | | 140.198 | 100 | 140.218 | - | 0,00% |
| FR0126461823 | FRENCH T-BILL 21/22 (CUP ZERO) | | 1.100.000 | 100,04 | | 1.100.489 | 100 | 1.100.550 | - | 0,00% |
| DE0001134922 | BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24 | | 800.000 | 106,91 | | 855.292 | 114 | 912.400 | 49.452 | 6,25% |
| FR0013200813 | FRANCE O.A. TF 15/26 | | 900.000 | 97,33 | | 875.943 | 103 | 924.705 | 222 | 0,25% |
| FR0013286192 | FRANCE O.A.T. TF 17/28 | | 400.000 | 98,46 | | 393.838 | 106 | 423.836 | 1.808 | 0,75% |
| FR0013451507 | FRANCE O.A.T. TF 18/29 | | 900.000 | 99,67 | | 897.001 | 100 | 900.576 | - | 0,00% |
| FR0014002WK3 | FRANCE O.A.T. TF 21/31 | | 3.200.000 | 98,29 | | 3.145.271 | 98 | 3.138.112 | - | 0,00% |
| FR0000571085 | FRANCE O.A.T. TF 92/23 | | 500.000 | 106,57 | | 532.843 | 112 | 559.945 | 29.110 | 8,50% |
| FR0010466938 | FRANCE OAT TF 06/23 | | 2.100.000 | 104,01 | | 2.184.226 | 109 | 2.286.522 | 16.383 | 4,25% |
| FR0011883966 | FRANCE OAT TF 13/30 | | 370.000 | 103,55 | | 383.120 | 121 | 447.593 | 5.575 | 2,50% |
| GRR000000010 | HELLENIC REP 12/42 cup 0 | | 630.000 | 0,01 | | 71 | 0 | 548 | - | 0,00% |
| DE000NRW1006 | LAND NORDRHEIN TF 07/22 | | 500.000 | 100,42 | | 502.107 | 102 | 508.030 | 14.743 | 4,375% |
| NL0000102275 | NETHERLANDS GOVT TF 06/23 | | 5.100.000 | 101,08 | | 5.155.168 | 105 | 5.334.039 | 183.391 | 3,75% |
| XS0282701514 | POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22 | | 1.000.000 | 99,99 | | 999.907 | 100 | 1.001.140 | 42.781 | 4,50% |
| AT0000A0N9A0 | REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22 | | 4.500.000 | 100,67 | | 4.530.264 | 101 | 4.548.690 | 114.750 | 3,65% |
| FR0126893579 | FRENCH DISCOUNT T-BILL (CUP ZERO) 21/22 | | 700.000 | 100,61 | | 704.285 | 100 | 702.898 | - | 0,00% |
| FR0126893702 | FRENCH DISCOUNT T-BILL 21/22 | | 300.000 | 100,75 | | 302.258 | 101 | 301.695 | - | 0,00% |
| FR0126893694 | FRENCH T-BILL (CUP ZERO) 21/22 | | 250.000 | 100,61 | | 251.526 | 100 | 251.225 | - | 0,00% |
| FR0126461849 | FRENCH T-BILL 21/22 (CUP ZERO) | | 260.000 | 100,57 | | 261.473 | 100 | 260.406 | - | 0,00% |
| FR0126750803 | FRENCH T-BILL (CUP ZERO) 21/22 | | 200.000 | 100,57 | | 201.140 | 100 | 200.650 | - | 0,00% |
| FR0126461823 | FRENCH T-BILL 21/22 (CUP ZERO) | | 600.000 | 100,53 | | 603.152 | 100 | 600.300 | - | 0,00% |
| FR0013200813 | FRANCE O.A. TF 15/26 | | 20.000 | 95,60 | | 19.120 | 103 | 20.549 | 5 | 0,25% |
| FR0011883966 | FRANCE OAT TF 13/30 | | 50.000 | 106,18 | | 53.090 | 121 | 60.485 | 753 | 2,50% |
| | sub-total | | 27.120.000 | | | 26.706.760 | | 27.238.141 | 458.973 | |

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| CÓDIGO | IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | | |
|--------------|---|------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|------------|----------------|--------------|
| | | | | | | | unitário | Total | Juros Acruados | Taxa de Juro |
| | 2.2.1.2 - De outros emissores públicos | | | | | | | | | |
| FR0011521319 | CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24 | | 1.110.000 | 99,79 | | 1.107.621 | 106 | 1.173.081 | 24.557 | 2,375% |
| ES0224261034 | CORES TF 14/24 | | 400.000 | 99,85 | | 399.388 | 108 | 430.560 | 2.082 | 2,500% |
| XS1107266782 | DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22 | | 600.000 | 99,91 | | 599.466 | 100 | 601.644 | - | 0,000% |
| DE000A2TSTQ2 | KFW 19/23 | | 4.400.000 | 101,25 | | 4.455.148 | 101 | 4.445.628 | 40 | 0,110% |
| XS0255800285 | RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22 | | 2.500.000 | 100,77 | | 2.519.300 | 102 | 2.549.600 | 63.527 | 4,375% |
| FR0013246873 | UNEDIC TF 17/27 | | 600.000 | 99,77 | | 598.602 | 107 | 641.340 | 5.712 | 1,250% |
| FR0011376805 | VILLE DE PARIS 12/22 | | 1.400.000 | 99,99 | | 1.399.871 | 100 | 1.406.524 | 64 | 0,136% |
| ES0224261034 | CORES TF 14/24 | | 100.000 | 99,52 | | 99.520 | 108 | 107.640 | 521 | 2,500% |
| DE000A2TSTQ2 | KFW 19/23 | | 800.000 | 103,35 | | 826.832 | 101 | 808.296 | 7 | 0,110% |
| | sub-total | | 11.910.000 | | | 12.005.748 | | 12.164.313 | 96.510 | |
| | 2.2.1.3 - De outros emissores | | | | | | | | | |
| FR0012766889 | AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25 | | 100.000 | 99,88 | | 99.878 | 104 | 104.237 | 723 | 1,250% |
| FR0013182821 | AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22 | | 1.000.000 | 99,99 | | 999.913 | 100 | 1.001.780 | 2.753 | 0,500% |
| FR0013505559 | AIR LIQUIDE FINANCE TF 20/25 | | 200.000 | 99,93 | | 199.856 | 103 | 206.668 | 1.496 | 1,000% |
| XS2029574634 | ALD SA TF 19/23 | | 300.000 | 99,87 | | 299.600 | 101 | 302.130 | 512 | 0,375% |
| XS1878191219 | AMADEUS IT GROUP TF 18/26 | | 800.000 | 99,85 | | 798.833 | 105 | 842.280 | 3.419 | 1,500% |
| FR0011791391 | AREVA S.A. TF 14/23 | | 900.000 | 99,92 | | 899.239 | 103 | 925.911 | 22.038 | 3,125% |
| FR0011947720 | ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24 | | 300.000 | 99,97 | | 299.909 | 106 | 316.782 | 7.983 | 4,625% |
| FR0013378445 | ATOS SOFTWARE SE TF 18/22 | | 700.000 | 99,97 | | 699.823 | 100 | 701.533 | 3.423 | 0,750% |
| XS1144086110 | ATT INC TF 14/22 | | 200.000 | 100,54 | | 201.071 | 100 | 200.528 | 1.692 | 1,450% |
| FR0013399060 | AUCHAN HS TF 19/24 | | 1.100.000 | 99,86 | | 1.098.510 | 104 | 1.148.224 | 26.502 | 2,625% |
| FR0011694033 | AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24 | | 300.000 | 99,83 | | 299.493 | 106 | 316.587 | 8.438 | 2,950% |
| XS0304459026 | BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22 | | 200.000 | 99,95 | | 199.905 | 102 | 204.540 | 5.362 | 4,750% |
| FR0013386539 | BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/23 | | 1.200.000 | 99,83 | | 1.197.962 | 101 | 1.216.884 | 4.907 | 0,750% |
| FR0013408960 | BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29 | | 700.000 | 99,48 | | 696.379 | 107 | 751.030 | 9.766 | 1,750% |
| FR0014006XE5 | BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25 | | 1.700.000 | 99,82 | | 1.696.869 | 100 | 1.695.070 | 11 | 0,010% |
| XS2102355588 | BMW FINANCE TF 20/23 | | 2.100.000 | 99,99 | | 2.099.784 | 100 | 2.107.560 | - | 0,000% |
| XS1584041252 | BNP PARIBAS 17/22 | | 900.000 | 99,99 | | 899.950 | 101 | 904.878 | 59 | 0,262% |
| FR0013465358 | BNP PARIBAS 19/26 | | 400.000 | 99,82 | | 399.282 | 101 | 403.264 | 1.151 | 0,500% |
| FR0013398070 | BNP PARIBAS 19/27 | | 500.000 | 99,28 | | 496.375 | 107 | 532.740 | 9.955 | 2,125% |
| XS1547407830 | BNP PARIBAS TF 17/23 | | 100.000 | 101,74 | | 101.737 | 102 | 102.182 | 253 | 1,125% |
| XS1527126772 | BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24 | | 300.000 | 100,00 | | 300.001 | 102 | 307.029 | 3.121 | 1,117% |
| FR0013231743 | BPCE SA TF 17/23 | | 100.000 | 100,36 | | 100.364 | 101 | 101.495 | 1.070 | 1,125% |
| FR0013312493 | BPCE SA TF 18/24 | | 100.000 | 101,19 | | 101.194 | 102 | 101.858 | 801 | 0,875% |
| FR0013476199 | BPCE SA TF 20/26 | | 1.700.000 | 99,77 | | 1.696.054 | 100 | 1.696.345 | 4.075 | 0,250% |
| XS1441773550 | BROWN-FORMAN CORP TF 16/26 | | 100.000 | 99,89 | | 99.889 | 104 | 103.883 | 582 | 1,200% |
| FR0013460607 | BUREAU VERITAS SA TF 19/27 | | 600.000 | 99,57 | | 597.437 | 102 | 612.018 | 6.417 | 1,125% |
| FR0013201084 | BUREAU VERITAS TF 16/23 | | 200.000 | 99,80 | | 199.601 | 102 | 203.528 | 788 | 1,250% |

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS | | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | | |
|---------------------------|-------------------------------------|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|-----------|---------------|--------------|
| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | | | | | | unitário | Total | uros Acruados | Taxa de Juro |
| FR0013446580 | CARREFOUR BANQUE 19/23 | | 400.000 | 100,00 | | 399.988 | 101 | 402.112 | 14 | 0,065% |
| FR0014003281 | CARREFOUR BANQUE TF 21/25 | | 500.000 | 100,00 | | 500.000 | 99 | 496.355 | 293 | 0,107% |
| XS2405875480 | COLGATE PALMOLIVE TF 21/29 | | 1.400.000 | 99,71 | | 1.395.885 | 99 | 1.391.292 | 587 | 0,300% |
| FR0010975656 | CREDIT AGRICOLE TF 10/22 | | 1.070.000 | 104,12 | | 1.114.057 | 104 | 1.117.968 | 369 | 4,200% |
| FR0011318120 | CREDIT AGRICOLE TF 12/22 | | 350.000 | 102,15 | | 357.533 | 103 | 360.133 | 3.021 | 3,500% |
| XS2016807864 | CREDIT AGRICOLE TF 19/24 | | 100.000 | 100,68 | | 100.685 | 101 | 101.279 | 260 | 0,500% |
| FR0013173028 | CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26 | | 300.000 | 99,97 | | 299.909 | 111 | 332.565 | 5.690 | 3,250% |
| XS2176687270 | CREDIT SUISSE AG LONDON 20/22 | | 200.000 | 99,99 | | 199.985 | 100 | 200.660 | 94 | 0,392% |
| DE000A2R9ZT1 | DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23 | | 3.370.000 | 99,87 | | 3.365.606 | 101 | 3.393.253 | 1.270 | 0,250% |
| FR0013216918 | DANONE SA TF 16/24 | | 1.100.000 | 100,00 | | 1.099.990 | 102 | 1.121.494 | 1.239 | 0,709% |
| FR0013444502 | DASSAULT SYSTEMES TF 19/22 | | 100.000 | 100,04 | | 100.039 | 100 | 100.234 | - | 0,000% |
| XS1828032786 | DEUT TEL TF 18/25 | | 800.000 | 99,90 | | 799.236 | 105 | 838.704 | 904 | 1,375% |
| XS1752475720 | DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27 | | 1.900.000 | 99,68 | | 1.893.889 | 105 | 1.992.796 | 729 | 1,000% |
| XS2103015009 | E ON SE TF 20/23 | | 500.000 | 99,73 | | 498.628 | 100 | 501.645 | - | 0,000% |
| BE0002596741 | ELIA SYSTEM OP TF 18/28 | | 800.000 | 97,66 | | 781.319 | 106 | 851.328 | 3.847 | 1,500% |
| XS2066706909 | ENEL FINANCE INTL NV TF 19/27 | | 100.000 | 99,53 | | 99.531 | 99 | 99.498 | 202 | 0,375% |
| FR0013504677 | ENGIE SA TF 20/28 | | 900.000 | 99,77 | | 897.904 | 108 | 969.714 | 12.039 | 1,750% |
| XS1180451657 | ENI SPA TF 15/26 | | 100.000 | 99,71 | | 99.713 | 105 | 105.344 | 1.364 | 1,500% |
| XS1551068676 | ENI SPA TF 17/27 | | 100.000 | 105,93 | | 105.926 | 106 | 105.509 | 1.430 | 1,500% |
| XS1571293684 | ERICSSON LM TF 17/24 | | 100.000 | 99,77 | | 99.767 | 103 | 103.386 | 1.567 | 1,875% |
| XS2345996743 | ERICSSON LM TF 21/29 | | 400.000 | 99,53 | | 398.123 | 97 | 389.280 | 2.400 | 1,000% |
| FR0013463668 | ESSILORLUXOTTICA TF 19/27 | | 500.000 | 99,30 | | 496.489 | 101 | 503.885 | 175 | 0,375% |
| FR0013516051 | ESSILORLUXOTTICA TF 20/24 | | 200.000 | 99,99 | | 199.980 | 101 | 201.822 | 493 | 0,250% |
| FR0013369493 | EUTELSAT SA TF 18/25 | | 400.000 | 103,16 | | 412.653 | 103 | 413.736 | 1.973 | 2,000% |
| FR0013422623 | EUTELSAT SA TF 19/27 | | 1.700.000 | 99,87 | | 1.697.835 | 104 | 1.766.215 | 17.920 | 2,250% |
| XS2332254015 | FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28 | | 700.000 | 99,95 | | 699.631 | 100 | 697.921 | - | 0,000% |
| BE0002218841 | FLUXYS BELGIUM TF 14/29 | | 300.000 | 99,61 | | 298.815 | 108 | 324.840 | 768 | 2,750% |
| XS1554373677 | FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27 | | 225.000 | 99,65 | | 224.224 | 108 | 243.907 | 4.362 | 2,125% |
| XS1681519184 | GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26 | | 1.400.000 | 99,95 | | 1.399.285 | 104 | 1.456.406 | 4.219 | 1,000% |
| BE0002280494 | GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24 | | 700.000 | 99,88 | | 699.125 | 103 | 723.177 | 5.854 | 1,375% |
| BE0002595735 | GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25 | | 300.000 | 99,63 | | 298.901 | 106 | 317.919 | 3.005 | 1,875% |
| XS2147977479 | HEINEKEN TF 20/25 | | 200.000 | 99,83 | | 199.660 | 105 | 209.728 | 2.458 | 1,625% |
| XS2126093744 | HONEYWELL INT TF 20/24 | | 200.000 | 99,87 | | 199.733 | 100 | 200.474 | - | 0,000% |
| XS1944456109 | IBM CORP TF 19/25 | | 1.800.000 | 99,69 | | 1.794.333 | 103 | 1.846.512 | 14.412 | 0,875% |
| FR0013065372 | ILIAD SA TF 15/22 | | 1.000.000 | 99,86 | | 998.556 | 101 | 1.009.080 | 1.514 | 2,125% |
| BE0002448232 | INFRAX CVBA TF 13/23 | | 200.000 | 99,86 | | 199.717 | 106 | 211.450 | 1.274 | 3,750% |
| BE0002478536 | INFRAX CVBA TF 14/29 | | 200.000 | 99,94 | | 199.879 | 113 | 225.316 | 906 | 2,625% |
| FR0013281946 | INGENICO GROUP SA TF 17/24 | | 100.000 | 102,35 | | 102.345 | 103 | 103.100 | 485 | 1,625% |
| BE0002832138 | KBC GROUP 21/27 | | 1.100.000 | 99,58 | | 1.095.424 | 99 | 1.094.456 | 226 | 0,250% |
| XS1679515038 | KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24 | | 900.000 | 99,93 | | 899.373 | 102 | 917.082 | 1.772 | 0,625% |
| XS1485532896 | KPN NV TF 16/25 | | 300.000 | 99,63 | | 298.877 | 101 | 304.332 | 1.366 | 0,625% |

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| CÓDIGO | IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | | |
|--------------|---|------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|-----------|----------------|--------------|
| | | | | | | | unitário | Total | Juros Acruados | Taxa de Juro |
| FR0013181898 | LA BANQUE POSTALE TF 16/28 | | 2.100.000 | 99,97 | | 2.099.339 | 111 | 2.322.999 | 35.384 | 3,000% |
| FR0014001R34 | LA BANQUE POSTALE TF 21/32 | | 1.300.000 | 99,62 | | 1.295.020 | 97 | 1.256.515 | 4.034 | 0,750% |
| FR0013506508 | LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 20/25 | | 800.000 | 99,81 | | 798.500 | 102 | 818.144 | 4.405 | 0,750% |
| XS1284570626 | MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22 | | 300.000 | 99,96 | | 299.887 | 101 | 302.187 | 1.367 | 1,375% |
| XS1233732194 | MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22 | | 300.000 | 100,00 | | 299.990 | 100 | 300.717 | 2.007 | 1,125% |
| XS1707074941 | NESTLE FINANCE INTL TF 17/24 | | 1.000.000 | 99,75 | | 997.523 | 101 | 1.010.650 | 3.565 | 0,375% |
| XS2148372696 | NESTLE TF 20/26 | | 300.000 | 99,58 | | 298.746 | 104 | 312.888 | 2.534 | 1,125% |
| FR0013241676 | ORANGE SA TF 17/27 | | 300.000 | 99,64 | | 298.908 | 106 | 319.254 | 1.393 | 1,500% |
| FR0013396512 | ORANGE SA TF 19/24 | | 400.000 | 99,98 | | 399.922 | 103 | 411.016 | 2.084 | 1,125% |
| FR0013396520 | ORANGE SA TF 19/29 | | 400.000 | 99,89 | | 399.556 | 111 | 443.836 | 7.671 | 2,000% |
| FR0013323326 | PEUGEOT TF 18/25 | | 500.000 | 99,84 | | 499.210 | 105 | 525.120 | 7.836 | 2,000% |
| XS1708192684 | PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24 | | 1.100.000 | 99,75 | | 1.097.206 | 102 | 1.119.470 | 1.010 | 0,500% |
| BE0002237064 | PROXIMUS SA TF 15/25 | | 200.000 | 99,54 | | 199.071 | 106 | 212.260 | 935 | 1,875% |
| FR0013309606 | RCI BANQUE SA 12/2023 | | 450.000 | 99,70 | | 448.634 | 100 | 450.666 | - | 0,000% |
| XS2126161681 | RELX FINANCE BV TF 20/24 | | 700.000 | 99,66 | | 697.620 | 100 | 700.966 | - | 0,000% |
| XS1789751531 | RICHEMONT INT TF 18/26 | | 2.300.000 | 99,34 | | 2.284.861 | 103 | 2.371.668 | 17.644 | 1,000% |
| FR0011565555 | RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23 | | 400.000 | 99,84 | | 399.355 | 105 | 420.728 | 3.466 | 2,875% |
| FR0014002G44 | SAFRAN SA TF 21/26 | | 800.000 | 99,35 | | 794.819 | 99 | 791.920 | 795 | 0,125% |
| FR0014002G36 | SAFRAN SA TF 21/31 | | 200.000 | 99,41 | | 198.811 | 99 | 198.428 | 1.192 | 0,750% |
| FR0013214137 | SAGESSE TF 16/28 | | 400.000 | 99,22 | | 396.876 | 103 | 413.124 | 493 | 0,625% |
| FR0013053329 | SANEF SA TF 15/26 | | 300.000 | 99,62 | | 298.874 | 105 | 315.963 | 4.469 | 1,875% |
| FR0013505104 | SANOFI TF 20/25 | | 700.000 | 99,82 | | 698.715 | 103 | 722.736 | 5.255 | 1,000% |
| XS1956025651 | SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24 | | 500.000 | 99,81 | | 499.027 | 102 | 510.330 | 4.205 | 1,000% |
| XS2018637913 | SANTANDER CONSUMER FINANCE TF 19/24 | | 100.000 | 100,21 | | 100.212 | 101 | 100.709 | 192 | 0,375% |
| DE000A2TSTE8 | SAP SE TF 18/24 | | 1.300.000 | 99,73 | | 1.296.458 | 102 | 1.331.278 | 561 | 0,750% |
| DE000A2G8VT5 | SAP SE TF 18/26 | | 500.000 | 99,89 | | 499.464 | 104 | 518.665 | 4.014 | 1,000% |
| DE000A2YB7A7 | SCHAEFFLER AG TF 19/24 | | 437.000 | 100,04 | | 437.196 | 103 | 448.428 | 6.286 | 1,875% |
| FR0012939841 | SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23 | | 600.000 | 99,88 | | 599.262 | 103 | 615.390 | 2.811 | 1,500% |
| FR0013059417 | SEB SA TF 15/22 | | 200.000 | 99,97 | | 199.949 | 102 | 203.072 | 468 | 2,375% |
| FR0013259116 | SEB SA TF 17/24 | | 100.000 | 99,96 | | 99.956 | 103 | 102.690 | 879 | 1,500% |
| XS1788951090 | SEB TF 18/23 | | 3.650.000 | 99,60 | | 3.635.566 | 101 | 3.684.930 | 14.650 | 0,500% |
| XS2182049291 | SIEMENS FIN TF 20/22 | | 200.000 | 99,96 | | 199.921 | 100 | 200.466 | 143 | 0,125% |
| XS1986416268 | SIKA CAPITAL BV TF 19/27 | | 450.000 | 99,81 | | 449.138 | 102 | 461.034 | 2.654 | 0,875% |
| FR0010855155 | SOC GENERALE SCF TF 02/22 | | 800.000 | 100,38 | | 803.033 | 101 | 804.504 | 28.841 | 4,125% |
| FR0013365491 | SOCIETE GENERALE TF 18/22 | | 1.900.000 | 99,99 | | 1.899.897 | 100 | 1.900.494 | 4.516 | 0,250% |
| FR0013311503 | SOCIETE GENERALE TF 18/25 | | 1.200.000 | 100,11 | | 1.201.300 | 103 | 1.235.064 | 12.649 | 1,125% |
| FR0013422003 | SOCIETE GENERALE TF 19/22 | | 1.100.000 | 99,97 | | 1.099.654 | 100 | 1.102.002 | - | 0,000% |
| XS2203996132 | SODEXO TF 20/28 | | 1.000.000 | 99,68 | | 996.829 | 104 | 1.041.950 | 4.575 | 1,000% |
| FR0014006TQ7 | TDF INFRASTR TF 21/29 | | 600.000 | 99,62 | | 597.710 | 99 | 594.156 | 863 | 1,750% |
| FR0013346822 | TELEPERFORMANCE TF 18/25 | | 100.000 | 104,56 | | 104.563 | 105 | 105.345 | 935 | 1,875% |
| FR0013534500 | TEREGA SA TF 20/30 | | 400.000 | 99,13 | | 396.536 | 99 | 396.828 | 1.007 | 0,875% |
| FR0013486834 | TEREGA SASU TF 20/28 | | 600.000 | 99,50 | | 596.978 | 99 | 593.298 | 3.154 | 0,625% |
| FR0013330115 | THALES SA TF 18/24 | | 100.000 | 101,71 | | 101.708 | 102 | 101.884 | 614 | 0,875% |
| FR0013537305 | THALES SA TF 20/26 | | 700.000 | 99,90 | | 699.288 | 99 | 690.921 | - | 0,000% |

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

| CÓDIGO | IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | | |
|---------------|---|------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|-----------|----------------|--------------|
| | | | | | | | unitário | Total | Juros Acruados | Taxa de Juro |
| FR0013479748 | THALES SA TF 20/27 | | 200.000 | 99,79 | | 199.577 | 99 | 197.624 | 460 | 0,250% |
| XS0994991411 | TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25 | | 300.000 | 99,75 | | 299.258 | 111 | 332.004 | 992 | 2,875% |
| XS1195202822 | TOTAL S.A. TF 15/49 | | 300.000 | 100,87 | | 302.606 | 104 | 313.425 | 6.645 | 2,625% |
| XS1501166869 | TOTAL S.A. TF 16 | | 400.000 | 99,99 | | 399.950 | 109 | 434.636 | 3.175 | 3,369% |
| XS2338955805 | TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27 | | 1.600.000 | 99,59 | | 1.593.491 | 98 | 1.575.104 | 307 | 0,125% |
| CH1142231682 | UBS GROUP AG 21/26 | | 2.200.000 | 99,59 | | 2.191.038 | 100 | 2.189.352 | 874 | 0,250% |
| BE0002784651 | UCB SA TF 21/28 | | 400.000 | 99,78 | | 399.102 | 100 | 400.980 | 3.025 | 1,000% |
| XS1654192191 | UNILEVER NV TF 17/25 | | 500.000 | 99,84 | | 499.188 | 103 | 514.930 | 1.834 | 0,875% |
| XS2147133578 | UNILEVER NV TF 20/30 | | 400.000 | 99,67 | | 398.678 | 110 | 440.264 | 5.389 | 1,750% |
| XS1145750037 | URENCO FINANCE NV TF 14/24 | | 300.000 | 99,83 | | 299.490 | 106 | 318.081 | 566 | 2,375% |
| FR0013424868 | VIVENDI SA TF 19/25 | | 500.000 | 100,84 | | 504.180 | 101 | 506.440 | 1.738 | 0,625% |
| XS1586555945 | VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27 | | 500.000 | 99,40 | | 497.000 | 107 | 535.705 | 7.089 | 1,875% |
| XS2115085230 | VOLVO TREASURY AB TF 20/23 | | 100.000 | 100,02 | | 100.023 | 100 | 100.239 | - | 0,000% |
| XS2230884657 | VOLVO TREASURY AB TF 20/24 | | 700.000 | 99,77 | | 698.373 | 100 | 702.443 | 252 | 0,125% |
| XS2343821794 | VW LEASING GMBH TF 21/24 | | 240.000 | 99,86 | | 239.652 | 100 | 239.280 | - | 0,000% |
| XS2343822842 | VW LEASING GMBH TF 21/26 | | 600.000 | 99,88 | | 599.294 | 100 | 598.254 | 1.011 | 0,375% |
| FR0011947720 | ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24 | | 500.000 | 100,00 | | 500.000 | 106 | 527.970 | 13.305 | 4,625% |
| XS1144086110 | ATT INC TF 14/22 | | 800.000 | 103,48 | | 827.872 | 100 | 802.112 | 6.769 | 1,450% |
| FR0013399060 | AUCHAN HS TF 19/24 | | 500.000 | 99,69 | | 498.430 | 104 | 521.920 | 12.046 | 2,625% |
| FR0011694033 | AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24 | | 300.000 | 99,26 | | 297.777 | 106 | 316.587 | 8.438 | 2,950% |
| FR0013408960 | BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29 | | 300.000 | 99,30 | | 297.906 | 107 | 321.870 | 4.186 | 1,750% |
| FR0014006XE5 | BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25 | | 100.000 | 99,81 | | 99.812 | 100 | 99.710 | 1 | 0,010% |
| XS2102355588 | BMW FINANCE TF 20/23 | | 300.000 | 99,97 | | 299.922 | 100 | 301.080 | - | 0,000% |
| FR0013465358 | BNP PARIBAS 19/26 | | 200.000 | 99,81 | | 199.612 | 101 | 201.632 | 575 | 0,500% |
| FR0013398070 | BNP PARIBAS 19/27 | | 200.000 | 99,28 | | 198.564 | 107 | 213.096 | 3.982 | 2,125% |
| FR0013476199 | BPCE SA TF 20/26 | | 100.000 | 99,66 | | 99.656 | 100 | 99.785 | 240 | 0,250% |
| XS2405875480 | COLGATE PALMOLIVE TF 21/29 | | 100.000 | 99,70 | | 99.701 | 99 | 99.378 | 42 | 0,300% |
| XS1550135831 | CREDIT AGRICOLE LONDON TF 17/24 | | 100.000 | 104,06 | | 104.058 | 103 | 102.891 | 290 | 1,000% |
| FR0010975656 | CREDIT AGRICOLE TF 10/22 | | 30.000 | 112,98 | | 33.894 | 104 | 31.345 | 10 | 4,200% |
| FR0011318120 | CREDIT AGRICOLE TF 12/22 | | 150.000 | 110,48 | | 165.724 | 103 | 154.342 | 1.295 | 3,500% |
| FR00113173028 | CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26 | | 200.000 | 99,97 | | 199.932 | 111 | 221.710 | 3.793 | 3,250% |
| XS2176687270 | CREDIT SUISSE AG LONDON 20/22 | | 300.000 | 100,00 | | 300.000 | 100 | 300.990 | 140 | 0,392% |
| DE000A2R9ZT1 | DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23 | | 100.000 | 99,75 | | 99.751 | 101 | 100.690 | 38 | 0,250% |
| FR0013444502 | DASSAULT SYSTEMES TF 19/22 | | 300.000 | 100,16 | | 300.492 | 100 | 300.702 | - | 0,000% |
| XS1828032786 | DEUT TEL TF 18/25 | | 100.000 | 104,77 | | 104.765 | 105 | 104.838 | 113 | 1,375% |
| FR0013463668 | ESSILORLUXOTTICA TF 19/27 | | 300.000 | 99,05 | | 297.159 | 101 | 302.331 | 105 | 0,375% |
| FR0013516051 | ESSILORLUXOTTICA TF 20/24 | | 100.000 | 99,98 | | 99.982 | 101 | 100.911 | 247 | 0,250% |
| FR0013369493 | EUTELSAT SA TF 18/25 | | 200.000 | 104,96 | | 209.910 | 103 | 206.868 | 986 | 2,000% |
| FR0013422623 | EUTELSAT SA TF 19/27 | | 100.000 | 99,82 | | 99.822 | 104 | 103.895 | 1.054 | 2,250% |
| XS2332254015 | FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28 | | 100.000 | 99,93 | | 99.931 | 100 | 99.703 | - | 0,000% |
| BE0002280494 | GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24 | | 100.000 | 103,59 | | 103.590 | 103 | 103.311 | 836 | 1,375% |
| XS1944456109 | IBM CORP TF 19/25 | | 500.000 | 99,40 | | 496.985 | 103 | 512.920 | 4.003 | 0,875% |
| BE0002448232 | INFRA CVBA TF 13/23 | | 500.000 | 99,36 | | 496.810 | 106 | 528.625 | 3.185 | 3,750% |
| FR0013281946 | INGENICO GROUP SA TF 17/24 | | 100.000 | 103,90 | | 103.900 | 103 | 103.100 | 485 | 1,625% |
| XS1253558388 | KRAFT HEINZ FOODS TF 15/23 | | 100.000 | 105,20 | | 105.200 | 102 | 102.344 | 1.008 | 2,000% |
| XS1233732194 | MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22 | | 200.000 | 99,97 | | 199.934 | 100 | 200.478 | 1.338 | 1,125% |
| XS2148372696 | NESTLE TF 20/26 | | 200.000 | 99,42 | | 198.838 | 104 | 208.592 | 1.689 | 1,125% |
| FR0013309606 | RCI BANQUE SA 12/2023 | | 125.000 | 99,11 | | 123.893 | 100 | 125.185 | - | 0,000% |
| XS2126161681 | RELX FINANCE BV TF 20/24 | | 100.000 | 99,38 | | 99.383 | 100 | 100.138 | - | 0,000% |
| XS1956025651 | SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24 | | 300.000 | 99,56 | | 298.665 | 102 | 306.198 | 2.523 | 1,000% |

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

| CÓDIGO | IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | | |
|--------------|--|----------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------|
| | | | | | | | unitário | Total | luros Acruados | Taxa de Juro |
| DE000A2YB7A7 | SCHAEFFLER AG TF 19/24 | | 48.000 | 105,50 | | 50.640 | 103 | 49.255 | 690 | 1,875% |
| XS1788951090 | SEB TF 18/23 | | 200.000 | 99,57 | | 199.146 | 101 | 201.914 | 803 | 0,500% |
| XS2182049291 | SIEMENS FIN TF 20/22 | | 300.000 | 99,82 | | 299.451 | 100 | 300.699 | 215 | 0,125% |
| FR0013422003 | SOCIETE GENERALE TF 19/22 | | 200.000 | 99,77 | | 199.532 | 100 | 200.364 | - | 0,000% |
| XS2203995910 | SODEXO TF 20/24 | | 300.000 | 99,90 | | 299.709 | 101 | 303.480 | 1.430 | 0,500% |
| FR0013486834 | TEREGA SASU TF 20/28 | | 100.000 | 99,35 | | 99.349 | 99 | 98.883 | 526 | 0,625% |
| FR0013479748 | THALES SA TF 20/27 | | 200.000 | 99,71 | | 199.418 | 99 | 197.624 | 460 | 0,250% |
| XS0994991411 | TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25 | | 300.000 | 99,33 | | 297.993 | 111 | 332.004 | 992 | 2,875% |
| XS1195202822 | TOTAL S.A. TF 15/49 | | 600.000 | 100,00 | | 600.000 | 104 | 626.850 | 13.290 | 2,625% |
| XS1501166869 | TOTAL S.A. TF 16 | | 100.000 | 100,00 | | 100.000 | 109 | 108.659 | 794 | 3,369% |
| XS1865186321 | VW LEASING GMBH TF 18/23 | | 100.000 | 101,91 | | 101.910 | 101 | 101.289 | 871 | 1,000% |
| XS2343821794 | VW LEASING GMBH TF 21/24 | | 570.000 | 99,82 | | 568.974 | 100 | 568.290 | - | 0,000% |
| | sub-total | | 95.565.000 | | | 95.515.436 | | 97.756.883 | 555.504 | |
| | 2.2.2 - Títulos de rendimento variável | | | | | | | | | |
| | 2.2.2.1 - Acções | | | | | | | | | |
| LU0775917882 | GRAND CITY PROPERTIES | 993,00 | | | 21 | 21.111 | 21 | 20.734 | | |
| DE000LEG1110 | LEG IMMOBILIEN | 211,00 | | | 100 | 21.192 | 123 | 25.890 | | |
| DE000A2E4MK4 | NORATIS AG (GE) | 1.750,00 | | | 21 | 36.932 | 20 | 34.212 | | |
| CH0001319265 | SCHWEIZERISCH NATIONAL BANK-REG | 1,00 | | | 4.353 | 4.353 | 5.050 | 5.050 | | |
| US92936U1097 | WP CAREY INC (US) | 405,00 | | | 77 | 31.168 | 72 | 29.186 | | |
| | sub-total | 3.360 | | | | 114.756 | | 115.072 | | |
| | 2.2.2.2 - Títulos de participação | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | 2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | | | |
| FR0010199075 | BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC | 70.810 | | | 22 | 1.554.280 | 36 | 2.546.328 | | |
| FR0013067808 | BFT MONETAIRE-I2 | 661 | | | 9.800 | 6.478.127 | 9.793 | 6.473.351 | | |
| FR0010529743 | OSTRUM ISR CASH EONIA-I | 341 | | | 10.755 | 3.667.394 | 10.745 | 3.664.014 | | |
| FR0000291239 | CPR CASH - P | 220 | | | 22.073 | 4.855.990 | 22.049 | 4.850.839 | | |
| FR0011060870 | SLF SHORT TERM EURO | 2 | | | 20.112 | 40.225 | 20.094 | 40.187 | | |
| IE00B06YB680 | PREFX PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND | 182 | | | 61 | 11.086 | 60 | 10.881 | | |
| LU0171307068 | BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD HEALTHSCIENCE FUND (1) | 131 | | | 48 | 6.300 | 59 | 7.763 | | |
| LU0171310443 | BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD TECHNOLOGY FUND (1) | 125 | | | 51 | 6.300 | 74 | 9.243 | | |
| LU0274210672 | DB X-TRACKERS MSCI USA TRN | 587 | | | 36 | 21.418 | 121 | 71.247 | | |
| IE00B7KXFD57 | MGI GLOBAL EQUITY FUND NOVO | 10.456 | | | 229 | 2.399.401 | 265 | 2.774.840 | | |
| IE00B6Z10102 | Mercer Low Volatility Equity Fund NOT HEDGED | 38 | | | 235 | 9.000 | 330 | 12.628 | | |
| LU0106235459 | SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC | 764 | | | 33 | 25.284 | 57 | 43.434 | | |
| FR0013067808 | BFT MONETAIRE-I2 | 106 | | | 9.823 | 1.041.201 | 9.793 | 1.038.087 | | |
| LU0329592371 | BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EUR SHORT DUR BONDS | 2.791 | | | 16 | 46.000 | 16 | 45.857 | | |
| FR0010213355 | GROUPAMA ENTERPRISES - IC | 110 | | | 2.281 | 250.948 | 2.253 | 247.784 | | |
| IE00B66F4759 | ISHARES EURO HY CORP BND | 225 | | | 107 | 24.077 | 103 | 23.089 | | |
| IE00BM957972 | MERCER ABS RET FIXED INCOME FUND | 44.292 | | | 103 | 4.540.608 | 102 | 4.515.527 | | |
| IE00BBPLSL15 | MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 1 | 15.667 | | | 108 | 1.692.575 | 109 | 1.705.084 | | |
| IE00BBPLSM22 | MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 2 | 16.919 | | | 102 | 1.726.271 | 101 | 1.711.671 | | |
| IE00B1KQVY57 | MGI EURO BOND-M7E | 17.134 | | | 144 | 2.470.202 | 144 | 2.464.550 | | |
| LU0414045319 | SCHRODER INTL EURO CORP - XD | 525 | | | 138 | 72.552 | 147 | 77.179 | | |
| FR0010599399 | BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT) | 2.288 | | | 108 | 246.345 | 107 | 244.703 | | |
| FR0000293698 | BTP TRESORERIE | 15 | | | 10.828 | 162.419 | 10.708 | 160.626 | | |
| FR0011060870 | SLF SHORT TERM EURO | 6 | | | 20.359 | 122.154 | 20.094 | 120.561 | | |
| | sub-total | 184.394 | | | | 31.470.157 | | 32.859.473 | | |
| | 2.2.2.4 - Outros | | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | | |
| | total | 187.754 | 134.595.000 | - | - | 165.812.857 | | 170.133.882 | 1.110.987 | |
| | 3 - TOTAL GERAL | 200.664 | 143.216.222 | - | - | 174.473.662 | | 179.122.199 | 1.192.121 | |

The page features a decorative graphic on the left side consisting of two thick, blue, curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, partially framing the text.

3. Relatórios de Fiscalização

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Victoria - Seguros de Vida, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 240.776.031 euros e um total de capital próprio de 27.162.748 euros, incluindo um resultado líquido de 76.757 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Victoria - Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das provisões matemáticas (Vida)

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| Conforme detalhado na Nota 15 às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2021 as Provisões matemáticas de seguros de capitalização com e sem participação nos resultados (Vida) ascendiam a 138.484 milhares de euros, representando 65% do total do Passivo da Companhia. A provisão matemática do ramo vida corresponde ao valor atuarial estimado das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices em vigor. O cálculo desta provisão é efetuado com base em métodos atuariais e de capitalização enquadrados no normativo da ASF, utilizando as tábuas de mortalidade e taxas de juro técnico detalhadas na Nota 15. | A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões matemáticas (Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none">➤ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões matemáticas (Vida);➤ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de fluxos de caixa, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes, com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas; |

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|---|---|
| <p>A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de os rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades não serem suficientes para assegurar o cumprimento das taxas técnicas dos contratos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; e ➤ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões matemáticas (Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2012 para concluir o mandato compreendido entre 2011 e 2013, com início no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2014 para um segundo mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para um terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de junho de 2020 para um quarto mandato compreendido entre 2020 e 2022. Em cumprimento do limite máximo da duração do exercício de funções de revisão legal de contas pelo revisor oficial de contas (dez anos) estabelecido no art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro e alterado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, renunciaremos ao mandato em curso após conclusão dos trabalhos com referência a 31 de dezembro de 2021;

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - revisão do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira da Companhia;
 - revisão do relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de risco e de controlo interno.

Lisboa, 1 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2022.04.01 14:07:09+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), relativos ao exercício de 2021, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2021, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Subscrição, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Promoveu reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, nas quais foi apreciada a evolução dos principais indicadores financeiros e examinados temas relativos à situação económica e financeira e sistema de controlo interno da Companhia;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações por estes formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo revisor oficial de contas nos termos do artigo 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;
- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal examinou, nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, os quais mereceram o seu acordo:

- O Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2021;
- As Demonstrações da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas explicativas anexas relativas a 31 de dezembro de 2021;
- A Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- O Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Companhia, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;
- As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da Companhia.

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

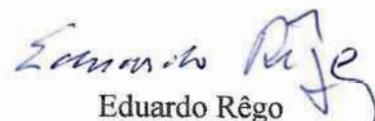
Os vogais Célia Custódio e Eduardo Rêgo foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 28 de março de 2022, não tendo acompanhado a evolução da Sociedade até essa data.

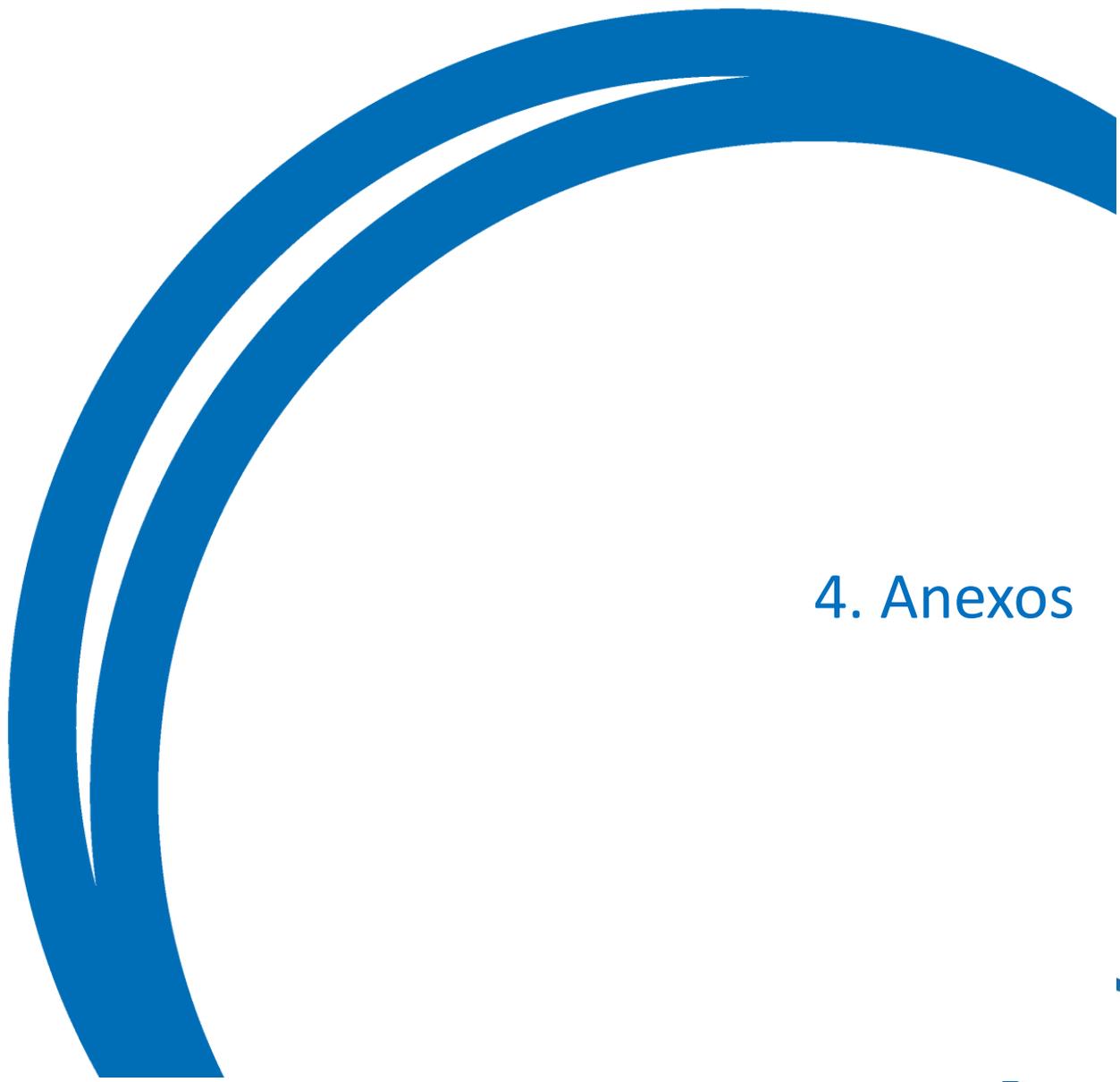
Lisboa, 04 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL


João de Lara Everard
Presidente


Célia Custódio
Vogal


Eduardo Rêgo
Vogal



4. Anexos

ANEXO I

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA

| TIPO DE PARTICIPAÇÃO | Participação nos resultados atribuída em 2021 | Participação nos resultados a atribuir em 2022 | Base de Incidências | Distribuição |
|---|---|--|---------------------|---|
| SEGURO INDIVIDUAL | | | | |
| Carteira Antiga | | | | |
| Dividendos | | | | |
| F1 e F4 | 1% | 1% | Provisão Matemática | No início da anuidade. <i>Desconto no prêmio</i> |
| Capital adicional | | | | |
| F1 e F4 | 1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%) | 1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%) | Capital Seguro | Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i> |
| Carteira Nova | | | | |
| Produtos Tradicionais | | | | |
| Bónus | | | | |
| Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração | 0% | 0% | Provisão Matemática | |
| Experiência Segura, Vida Ativa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%) | 0% | 0% | Provisão Matemática | |

| TIPO DE PARTICIPAÇÃO | Participação nos resultados atribuída em 2021 | Participação nos resultados a atribuir em 2022 | Base de Incidências | Distribuição |
|---|---|--|-------------------------|--|
| Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%) | 0% | 0% | Provisão Matemática | |
| Vida 30+, Vida 50+ | 0% | 0% | Provisão Matemática | |
| Seguro de rendas | 0% | 0% | Provisão Matemática | |
| Capital adicional | | | | |
| Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência | 0% | 0% | Capital Seguro | Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i> |
| Nova Geração – Morte | 100% | 100% | | |
| Proteção Vida (FT), Renda Certa (FRT) | 100% | 100% | Capital ou Renda segura | Contratos que terminam por morte <i>Aumento do capital ou renda segura</i> |
| Desconto no Prémio | | | | |
| Proteção Vida (FT) | 50,5% | 50,5% | Prémio | No início da anuidade. <i>desconto no prémio</i> |

| TIPO DE PARTICIPAÇÃO | Participação nos resultados atribuída em 2021 | Participação nos resultados a atribuir em 2022 | Base de Incidência | Distribuição |
|-------------------------------------|---|--|--------------------------|--|
| SEGURO DE GRUPO | | | | |
| <i>Produtos Tradicionais</i> | | | | |
| Bónus | | | | |
| Misto (G11), Capital Diferido (G19) | 0% | 0% | Provisão Matemática | |
| Seguros de rendas | 0% | 0% | Provisão Matemática | |
| Vantagem Investimento | 0% | Variável de acordo com a variante do produto | Provisão Matemática | |
| Desconto no prémio | | | | |
| Seguro de risco | 50.5% | 50.5% | Prémio da Cobertura base | No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i> |

ANEXO II

RENTABILIDADE DOS PRODUTOS FINANCEIROS - RAMO VIDA

| Produto | Situação da carteira | Tipo de taxa garantida | Taxa Juro 2021 |
|------------------------------|----------------------|---------------------------|---|
| PPR Valor Mais | Fechada | Fixa | 3,50% |
| PPR Valorização | Fechada | Fixa | 4,00% |
| VICTORIA Garantia Rendimento | Fechada | Indexada à Euribor | 0,00% |
| PPR Garantia Valor | Fechada | Indexada à Euribor | 0,00% |
| VICTORIA Reforma Valor | Fechada | Fixa | 4,00% |
| INVEST | Fechada | Fixa | 4,00% |
| Vantagem Investimento | Aberta | Fixa + Indexada à Euribor | Entre 0,25% e 2% de acordo com a variante |
| PPR Novo Valor | Fechada | Fixa | 3,50% |
| Investimento Seguro | Fechada | Fixada anualmente | 0,00% |
| Investimento Programado | Fechada | Fixada anualmente | 0,00% |
| Confiança PPR | Fechada | Fixada anualmente | 0,00% |
| LifePlan Moderado | Aberta | Sem garantia de taxa | -0,88% |
| LifePlan Dinâmico | Aberta | Sem garantia de taxa | 5,02% |
| PPR Ações Maximização | Aberta | Sem garantia de taxa | 6,28% |